

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS,
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS,**

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. ENTIDADES DO GRUPO.....	10
3. BASE DE PREPARAÇÃO	16
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	22
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	35
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	36
7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES	36
8. TRIBUTOS A RECUPERAR.....	39
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	40
10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR.....	41
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO.....	43
12. OUTROS CRÉDITOS	43
13. ATIVO CONTRATUAL	44
14. INVESTIMENTOS	45
15. IMOBILIZADO.....	52
16. INTANGÍVEL.....	55
17. FORNECEDORES.....	58
18. TRIBUTOS A PAGAR.....	58
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	59
20. DEBÊNTURES.....	65
21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS	69
22. CONTINGÊNCIAS	73
23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO.....	81
24. OUTROS DÉBITOS	86
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	86
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88
27. DIVIDENDOS	90
28. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS.....	90
29. RECEITA LÍQUIDA.....	91
30. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	92
31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	93
32. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	93
33. RESULTADO FINANCEIRO	94
34. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO	94
35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	95
36. SEGUROS.....	108
37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	109
38. CONTRATOS DE LONGO PRAZO	110
39. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	111
40. EVENTOS SUBSEQUENTES	112

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	73.026	6.955	707.042	269.928
Títulos e valores mobiliários	6	2	6	976.798	72.348
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	2.855.348	3.121.871
Estoques		-	-	38.046	36.692
Tributos e contribuições	8	39	19	75.089	87.457
Imposto de renda e contribuição social	8	861	857	29.786	51.851
Ativos financeiros do setor	10	-	-	564.186	166.951
Despesas pagas antecipadamente		70	-	29.707	28.079
Dividendos a receber	14	18.717	22.599	-	-
Serviços prestados a receber		259	134	90.439	83.071
Instrumentos financeiros derivativos swap	35	-	-	14.935	7.922
Outros créditos	12	18.676	9.639	253.994	211.802
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		111.650	40.209	5.635.370	4.137.972
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	7	-	-	1.013.206	584.949
Tributos e contribuições	8	-	-	52.404	53.965
Tributos diferidos	9	-	-	404.867	364.508
Despesas pagas antecipadamente		-	-	125	125
Ativos financeiros do setor	10	-	-	148.469	33.390
Ativo financeiro da concessão	11	-	-	4.271.861	3.764.195
Depósitos vinculados a litígios	21	601	412	294.906	274.019
Instrumentos financeiros derivativos swap	35	-	-	424.424	8.956
Outros créditos	12	-	-	84.260	-
Ativo contratual	13	-	-	330.240	-
Investimentos	14	3.324.434	3.424.901	546.622	536.004
Imobilizado	15	-	-	1.560.481	1.613.399
Intangível	16	-	-	3.096.468	3.573.567
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.325.035	3.425.313	12.228.333	10.807.077
TOTAL DO ATIVO		3.436.685	3.465.522	17.863.703	14.945.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores	17	3.840	1.177	2.119.660	2.022.507
Tributos e contribuições	18	2.070	77	338.911	204.137
Imposto de renda e contribuição social	18	56	15	13.937	62.624
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	1.041.084	1.394.929
Debêntures	20	-	-	954.952	1.073.506
Passivos financeiros do setor	10	-	-	2.619	98.859
Instrumentos financeiros derivativos swap	35	-	-	-	962
Dividendos a pagar	14	39.373	29.503	39.373	29.503
Obrigações trabalhistas		1.379	1.546	76.606	66.437
Benefícios pós-emprego	23	-	-	-	97
Outros débitos	24	475	731	691.267	539.568
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		47.193	33.049	5.278.409	5.493.129
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	4.581.886	1.720.726
Debêntures	20	-	-	3.450.539	3.221.408
Instrumentos financeiros derivativos swap	35	-	-	111.664	100.743
Tributos e contribuições	18	-	-	304.553	224.489
Tributos diferidos	9	-	-	208.488	179.383
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	21	-	-	476.244	450.330
Benefícios pós-emprego	23	-	-	-	52.434
Outros débitos	24	-	-	62.428	69.934
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	9.195.802	6.019.447
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	26	2.225.822	2.225.822	2.225.822	2.225.822
Reservas de lucros		929.056	955.473	929.056	955.473
Ajustes de avaliação patrimonial		336.107	352.671	336.107	352.671
Outros resultados abrangentes		(101.493)	(101.493)	(101.493)	(101.493)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.389.492	3.432.473	3.389.492	3.432.473
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.436.685	3.465.522	17.863.703	14.945.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	29	-	-	11.970.547	11.314.559
CUSTO DA OPERAÇÃO	31	-	-	(9.748.171)	(8.869.219)
Energia comprada para revenda	32	-	-	(7.972.390)	(7.155.042)
Pessoal e administradores		-	-	(264.134)	(228.664)
Materiais		-	-	(40.648)	(70.534)
Serviços de terceiros		-	-	(361.981)	(344.460)
Depreciações e amortizações		-	-	(523.697)	(492.992)
Custo de construção		-	-	(661.036)	(607.191)
Outras receitas e despesas / custos		-	-	75.715	29.664
LUCRO BRUTO		-	-	2.222.376	2.445.340
DESPESAS OPERACIONAIS		(54.571)	(15.868)	(1.174.807)	(1.071.387)
Despesas gerais e administrativas	31	(12.478)	(10.759)	(1.083.698)	(988.401)
Outras receitas		-	-	26.023	16.814
Outras despesas		(42.093)	(5.109)	(117.132)	(99.800)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	14	219.994	139.995	(85.407)	(199.221)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		165.423	124.127	962.162	1.174.732
RESULTADO FINANCEIRO	33	359	94	(650.772)	(876.254)
Receita		1.468	276	643.274	100.118
Despesa		(1.109)	(182)	(1.294.046)	(976.372)
LUCRO ANTES DO IR E CSLL		165.782	124.221	311.390	298.478
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	-	-	(81.501)	(137.196)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	-	-	(64.107)	(37.061)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		165.782	124.221	165.782	124.221
Atribuído aos acionistas controladores		165.782	124.221	165.782	124.221
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	26	0,81	0,61	0,81	0,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	26	165.782	124.221	165.782	124.221
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes					
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	14	-	(15.621)	-	(15.621)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		165.782	108.600	165.782	108.600
Atribuído aos acionistas controladores		165.782	108.600	165.782	108.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS				
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017		2.225.822	261.636	582.188	370.022	(85.872)	-	3.353.796
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do exercício	26	-	-	-	-	-	124.221	124.221
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controladas e controladas em conjunto	14	-	-	-	-	(15.621)	-	(15.621)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	(17.351)	-	16.931	(420)
Destinação do resultado do exercício:	27							
Constituição da reserva legal		-	6.211	-	-	-	(6.211)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,1447 / ação)		-	-	-	-	-	(29.503)	(29.503)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	105.438	-	-	(105.438)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		2.225.822	267.847	687.626	352.671	(101.493)	-	3.432.473
Aplicação inicial IFRS 9 (CPC 48), líquido de impostos		-	-	(169.341)	-	-	-	(169.341)
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do exercício	26	-	-	-	-	-	165.782	165.782
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	(16.564)	-	16.515	(49)
Destinação do resultado do exercício:	27							
Constituição da reserva legal		-	8.289	-	-	-	(8.289)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,1931 / ação)		-	-	-	-	-	(39.373)	(39.373)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	134.635	-	-	(134.635)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		2.225.822	276.136	652.920	336.107	(101.493)	-	3.389.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		82.110	33.425	41.487	25.747
Caixa gerado (consumido) pelas operações		(40.845)	(15.774)	1.652.320	2.163.987
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		165.782	124.221	311.390	298.478
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	-	-	434.800	397.835
Depreciação e amortização	31	-	-	544.943	519.319
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado / investimento		-	-	11.241	50.831
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	33	-	-	430.918	75.966
Provisão e atualização financeira para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e baixas e atualização financeira de depósitos vinculados a litígios		-	-	234.502	178.891
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		-	-	(18.317)	(13.236)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	-	685.136	609.842
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	23	-	-	2.065	4.126
Variação swap	35	-	-	(352.951)	134.492
Resultado de equivalência patrimonial	14	(219.994)	(139.995)	85.407	199.221
Ganho líquido em investimentos avaliados pelo custo		-	-	(10.910)	-
Resultado pela venda de participação	14	13.367	-	13.367	-
Valor justo do ativo indenizável da concessão	29	-	-	(146.935)	(261.306)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	10	-	-	(572.336)	(30.472)
Variações nos ativos e passivos		122.955	49.199	(1.610.833)	(2.138.240)
Títulos e valores mobiliários		4	(6)	(44.210)	(46.493)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	(834.794)	(1.401.480)
Dividendos recebidos	14	109.878	56.556	1.852	2.825
Tributos, contribuições e impostos a compensar		(24)	(75)	70.970	83.347
Ativos e passivos financeiros do setor		-	-	(36.218)	(595.711)
Estoques		-	-	(1.354)	2.256
Serviços prestados a receber		(125)	(26)	(7.368)	6.341
Despesas pagas antecipadamente		(70)	8	(1.628)	1.437
Depósitos vinculados a litígios		(189)	(2)	(38.409)	(47.985)
Outros ativos		9.207	(8.801)	(206.560)	168.499
Fornecedores		2.663	928	105.228	711.080
Obrigações trabalhistas		(167)	(16)	10.169	5.540
Tributos, contribuições e impostos a pagar		2.034	60	176.907	115.136
Pagamento das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		-	-	(191.066)	(121.935)
Benefícios pós-emprego		-	(15)	(97)	(56)
Outros passivos		(256)	588	154.152	(183.269)
Juros pagos	19/20	-	-	(641.148)	(641.041)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(127.259)	(196.731)
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		13.464	(32.802)	(1.667.121)	(811.773)
Recebimento pela venda de participação		43.377	-	43.377	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(87.717)	(79.340)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo contratual		-	-	(670.934)	(571.856)
Aumento de capital	14	(29.913)	(32.802)	(91.607)	(148.189)
Resgate de aplicações financeiras		-	-	896.762	27.612
Aplicações financeiras		-	-	(1.757.002)	(40.000)
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(29.503)	-	2.062.748	387.650
Dividendos pagos		(29.503)	-	(29.503)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	-	4.911.329	2.924.444
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	19/20	-	-	(2.764.579)	(2.536.794)
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	23	-	-	(54.499)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		66.071	623	437.114	(398.376)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.955	6.332	269.928	668.304
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		73.026	6.955	707.042	269.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receitas		-	-	19.661.740	18.260.761
Venda de mercadorias, produtos e serviços		-	-	19.375.666	18.010.600
Receitas referentes à construção de ativos próprios		-	-	720.874	647.996
Provisão/reversão créditos de liquidação duvidosa	31	-	-	(434.800)	(397.835)
Insumos adquiridos de terceiros		(45.617)	(8.511)	(9.441.977)	(8.530.972)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	32	-	-	(7.972.390)	(7.155.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(45.617)	(8.511)	(1.469.587)	(1.375.930)
Valor adicionado bruto		(45.617)	(8.511)	10.219.763	9.729.789
Retenções		-	-	(544.943)	(519.319)
Depreciação e amortização	31	-	-	(544.943)	(519.319)
Valor adicionado líquido produzido		(45.617)	(8.511)	9.674.820	9.210.470
Valor adicionado recebido em transferência		221.462	140.271	557.867	(99.103)
Resultado de equivalência patrimonial	14	219.994	139.995	(85.407)	(199.221)
Receitas financeiras	33	1.468	276	643.274	100.118
Valor adicionado total a distribuir		175.845	131.760	10.232.687	9.111.367
Distribuição do valor adicionado		175.845	131.760	10.232.687	9.111.367
Pessoal		7.657	6.676	394.623	380.311
Remuneração direta		5.928	6.123	283.341	268.731
Benefícios		385	249	80.678	69.952
FGTS		281	304	26.541	37.984
Outros		1.063	-	4.063	3.644
Impostos, taxas e contribuições		901	694	8.317.934	7.567.611
Federais		896	694	3.930.214	3.564.635
Estaduais		-	-	4.371.907	3.986.460
Municipais		5	-	15.813	16.516
Remuneração de capitais de terceiros		1.505	169	1.354.348	1.039.224
Juros		951	169	1.294.461	992.306
Aluguéis		554	-	59.887	46.918
Remuneração de capitais próprios		165.782	124.221	165.782	124.221
Dividendos		39.373	29.503	39.373	29.503
Lucros retidos	26	126.409	94.718	126.409	94.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Light S.A. (“Light” ou “controladora”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil. A Light tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas da Light, descritas na nota explicativa 02, compõem o Grupo Light (“Companhia” ou “Grupo”).

A Companhia é listada na “B3” (Brasil, Bolsa, Balcão) no segmento do Novo Mercado (“NM”), sob a sigla LIGT3 e no mercado de balcão americano (Over-the-Counter - OTC) sob a sigla LGSXY.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo consolidado de R\$356.961 (R\$1.355.157 negativo em 31 de dezembro de 2017). Esse cenário foi possível, em decorrência do alongamento do seu perfil de dívida em 2018, principalmente em função da conclusão de importantes operações financeiras, como a criação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Light (FIDC) e a captação de recursos através da oferta no mercado internacional de *notes unit*, conforme descrito na nota explicativa 19.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1 Controladas Diretas

Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA” - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com área de concessão abrangendo 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital.

Light Energia S.A. (“Light Energia” - 100%) - Sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades principais: (a) estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração e transmissão, comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos ou autorizados, por qualquer título de direito, ou as empresas das quais mantenha ou venha a manter o controle acionário; (b) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Compreende as usinas de Pereira Passos, Nilo Peçanha, Ilha dos Pombos, Santa Branca e Fontes Nova, com potência instalada total de 855 MW. A Light Energia possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Lajes Energia S.A (“Lajes Energia” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social a análise da viabilidade técnica e econômica, a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da PCH Lajes, com potência nominal de 17 MW. Em 08 de julho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 4.734/14 que transferiu a concessão da PCH Lajes da Light Energia para a Lajes Energia. As obras de construção da PCH Lajes foram iniciadas em setembro de 2014 e suas operações comerciais iniciaram em 21 de julho de 2018.
- Renova Energia S.A. (“Renova Energia” - 17,2%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e solar. Em 31 de dezembro de 2018, a Renova Energia tem participação direta ou indireta nessas fontes que totaliza 628 MW contratados, dos quais 190 MW estão em operação ou aptos a operar. A Renova Energia é controlada em conjunto pela Light Energia (17,2%), pela CGI - Casa de Gestão (anteriormente RR Participações) (13,8% no bloco de controle), que não é parte relacionada, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A - Cemig GT (36,2%). Abaixo apresentamos as empresas nas quais a Renova Energia participa:

Participações - RENOVA ENERGIA								
Enerbras Centrais Elétricas S.A. (Holding)	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Angelim S.A.	(b)	99,99%	Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	(a)	99,99%
Energética Serra da Prata S.A.	(b)	99,99%	Bahia Holding S.A.	(a)	99,99%	Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding)	(b)	99,99%
Renova PCH Ltda.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Putumaju S.A.	(a)	99,99%
Chipey SP Participações S.A. (Holding)	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Amescla S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas São Salvador S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Abil S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Botuquara S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Acácia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Pau d'Água S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cedro S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Angico S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Manineiro S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Itapuã V LTDA.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Tabua S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Facheio S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Macambira S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Sabiu S.A.	(b)	99,99%
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	(b)	99,99%
Espra Holding S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Tingui S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	(b)	99,99%
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Itaparica S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Calilandra S.A.	(a)	99,99%	Renova Comercializadora de Energia S.A.	(a)	100,00%
Centrais Eólicas Ico S.A.	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Cansação S.A.	(a)	99,99%	Brasil PCH S.A.	(c)	51,00%
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(a)	99,99%	Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	(b)	99,99%	Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	(a)	99,99%
Centrais Eólicas Jataí S.A.	(b)	99,99%	Parque Eólico Iansã LTDA	(a)	99,99%	Centrais Eólicas Lençóis S.A.	(a)	99,99%
Renovapar S.A.	(a)	100,00%	Centrais Eólicas Conquista S.A.	(a)	99,99%			

(a) Controlada direta da Renova

(b) Controlada indireta da Renova

(c) Controlada em conjunto da Renova

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia” - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Ipatinga - MG, criada com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%). O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs. Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018. Em 15 de dezembro de 2015, o contrato com o Consórcio Construtor das PCHs foi rescindido, sendo as obras retomadas em novembro de 2017. As PCHs Senhora do Porto e Dores de Guanhães encontram-se em operação comercial plena desde os meses de julho e novembro de 2018, respectivamente. Os cronogramas de implantação das PCHs Fortuna II e Jacaré consideram a operação plena até abril de 2019.
- Central Eólica São Judas Tadeu Ltda. (“São Judas Tadeu” - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 18 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% desse investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.
- Central Eólica Fontainha Ltda. (“Fontainha” - 100%) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Estado do Ceará com potência nominal de 16 MW. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração provisionou 100% do investimento por não ter expectativa de recuperabilidade futura, considerando o novo planejamento estratégico da Companhia.

Light Esco Prestação de Serviços S.A. (“Light Esco” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. Em 04 de outubro, foi concluída a operação de alienação da totalidade das ações detidas pela Light na controlada Light Esco, conforme descrito na nota explicativa 14. Alguns ativos da Light ESCO não foram objeto da operação, e os mesmos foram transferidos para a Light Conecta.

Light Conecta Ltda. (“Light Conecta” - 100% - nova denominação da Itaocara Energia Ltda.) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que tem como atividades a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica, bem como, a realização de compra, venda, importação, exportação de energia elétrica, térmica, gases e utilidades industriais, prestação de serviços de consultoria no setor de energia, locação de bens móveis e imóveis, além de aquisição e comercialização de mercadorias vinculadas à atividade e realização de estudos, projetos, implementação, operação e manutenção de obras, construções e instalações, de qualquer natureza ou especialidade. A Light Conecta participa do Consórcio UHE Itaocara, constituído para a exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%. Em 30 de abril de 2015, o Consórcio UHE Itaocara sagrou-se vencedor no Leilão A-5 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), relacionado à concessão da Usina Hidrelétrica de Itaocara I. O empreendimento será construído no Rio Paraíba do Sul e terá capacidade instalada de 150 MW. Em 23 de outubro de 2015, o contrato de concessão foi assinado pelo Consórcio UHE Itaocara. Em 26 de abril de 2016, ocorreu a transferência da concessão para a Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. A Light Conecta possui participação societária na seguinte controlada em conjunto:

- Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (“Hidrelétrica Itaocara” - 51%, controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, em fase pré-operacional, com sede na cidade o Rio de Janeiro - RJ. Controlada em conjunto pela Light Conecta (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída para construir a UHE Itaocara e tem como objeto a concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Itaocara I, conforme contrato de concessão nº01/2015 celebrado com a União.

Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom” - 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem como objetivo a compra, venda, importação, exportação de energia e a prestação de serviços de consultoria no setor de energia.

Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções” - 100%) - Sociedade limitada que tem como atividade principal a prestação de serviços aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral.

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light” - 100%) - Pessoa Jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, que tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais, com interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades, reafirmando a vocação da Companhia como empresa cidadã.

2.2 Controladas em conjunto

Lightger S.A. (“Lightger”) - Sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo a participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. A Lightger construiu e opera a PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Cemig GT (49%), a Lightger tem capacidade instalada de 25,7 MW e 19,5 MW de garantia física.

Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom") - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte - MG, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, gás, água, esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light S.A. (51%) e pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (49%).

Energia Olímpica S.A. ("Energia Olímpica") - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que teve por objetivo a implantação da subestação Vila Olímpica e de duas linhas subterrâneas de 138 kV que se conectam à subestação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (50,1%) e por Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas (49,9%). As construções da subestação Vila Olímpica e das duas linhas subterrâneas foram concluídas. Consequentemente, demos início ao processo de liquidação da Energia Olímpica, que será finalizado até o final do primeiro semestre de 2019 ⁽¹⁾ e não são esperados efeitos materiais.

Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia") - Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. ("NESA"), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%), a participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão nº 001/10 com a União através do MME - Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL). A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. Com o andamento dos serviços das obras civis e montagem, que possibilitaram a realização dos testes das unidades geradoras de Pimental e de Belo Monte sincronizadas ao Sistema Interligado Nacional, entraram em operação comercial no ano de 2016 as unidades 01, 02 e 03 de Belo Monte, e as unidades 01, 02, 03 e 04 de Pimental. Em 2017, entraram em operação comercial as unidades 04, 05, 06 e 07 de Belo Monte e as unidades 05 e 06 de Pimental. Em 2018, entram em operação comercial as unidades 08, 09, 10, 11 e 12 de Belo Monte. A entrada em operação das demais unidades geradoras está prevista para até dezembro de 2019 ⁽¹⁾.

2.3 Consolidação do Grupo Light

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os acordos de participações onde duas ou mais partes têm controle conjunto são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Estes investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. Estão consolidadas integralmente nas seguintes bases abaixo apresentadas:

Sociedades Controladas	Atividade	31.12.2018		31.12.2017	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Light SESA	Distribuição	100,0	-	100,0	-
Light Energia	Geração hidráulica	100,0	-	100,0	-
Fontainha	Geração eólica	-	100,0	-	100,0
São Judas Tadeu	Geração eólica	-	100,0	-	100,0
Lajes	Geração hidráulica	-	100,0	-	100,0
Light Esco ^(a)	Serviços	-	-	100,0	-
Lightcom	Comercialização	100,0	-	100,0	-
Light Soluções	Serviços	100,0	-	100,0	-
Instituto Light	Outros	100,0	-	100,0	-
Light Conecta	Serviços	100,0	-	100,0	-

^(a) Em outubro de 2018, foi concluído o processo de venda entre a Light S.A. e Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. ("Ecogen"), da totalidade das ações detidas pela Light na controlada Light Esco.

2.3.1 Concessões e autorizações do Grupo Light

Segue abaixo o resumo das concessões e autorizações do Grupo Light vigentes em 31 de dezembro de 2018:

Concessões/ Autorizações	Contrato de concessão/ autorização	Data de Vencimento
Light SESA (concessão)	Junho de 1996	Junho de 2026
Light Energia (concessão)	Junho de 1996	Junho de 2026
PCH Lajes - Lajes Energia (autorização)	Julho de 2014	Maio de 2026

A controlada Light SESA, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacentes, aplica o IFRIC 12/ICPC 01. A controlada utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

Para as controladas Light Energia e Lajes Energia, não é aplicado o IFRIC 12/ICPC 01, pois as mesmas não aplicam tarifas definidas pelo Poder Concedente, conforme exigido na norma.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e suas interpretações técnicas (ICPC) e orientações (OCPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de março de 2019, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 35.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 07 - Consumidores, Concessionárias, permissionárias e clientes (provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa e rendas a faturar);

Nota 09 - Tributos diferidos;

Nota 10 - Ativos e passivos financeiros do setor;

Nota 11 - Ativo financeiro da concessão;

Nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios;

Nota 22 - Contingências;

Nota 23 - Benefícios pós-emprego;

Nota 29 - Receita líquida (Receita não faturada);

Nota 32 - Energia elétrica comprada para revenda.

3.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

3.5.1 IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros

A Companhia adotou a IFRS 9 (CPC 48) com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, e não reapresentou as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. As eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) foram reconhecidas na rubrica de retenção de lucros, no patrimônio líquido.

A IFRS 9 (CPC 48) contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) e para os passivos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio do resultado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 (CPC 38).

As mudanças de classificação dos instrumentos financeiros em razão da adoção da nova norma não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, e estão apresentadas abaixo:

R\$ mil	Classificação CPC 38 (IAS 39)	Classificação CPC 48 (IFRS 9)	Saldo em 01.01.2018
Ativos financeiros (Circulante e não circulante)			
Equivalentes de caixa (CDB)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	211.977
Títulos e valores mobiliários (CDB)	Mantidos para negociação	Custo amortizado	57.275
Títulos e valores mobiliários (Cotas de fundos de investimento)	Mantidos para negociação	VJR	15.073
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.706.820
Ativo financeiro da concessão	Disponível para venda	VJR	3.764.195
Ativos financeiros do setor	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	200.341
Instrumentos financeiros derivativos swap	VJR	VJR	16.878
Total de ativos financeiros			7.972.559
Passivos financeiros (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	2.022.507
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	3.115.655
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	4.294.914
Instrumentos financeiros derivativos swap	VJR	VJR	101.705
Total de passivos financeiros			9.534.781

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes da IAS 39 (CPC 38) que são: hedge de fluxo de caixa, hedge de valor justo e hedge de investimento líquido no exterior.

A IFRS 9 (CPC 48) traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge.

A Companhia e suas controladas não operam com *hedge accounting*, porém realizaram swap de valor justo (*hegde* de valor justo) para mitigar o risco de exposição de empréstimo captado em moeda estrangeira e os impactos desse assunto nestas demonstrações financeiras estão descritos na nota explicativa 35.

Redução no valor recuperável (impairment)

A IFRS 9 (CPC 48) substitui o modelo de perdas incorridas do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Essa alteração do modelo, tem como objetivo reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

Com base no novo pronunciamento, as provisões para perdas esperadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito dos últimos três anos. A Companhia e suas controladas adotaram, em suas análises, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber de clientes não possuem componentes de financiamento significativos, e calculou a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês (tendo como base os últimos 12 meses de faturamento), segregados por classe de consumo. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

Os impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do período, como segue:

Consolidado	Saldo sem adoção do IFRS 9 (CPC 48) em 31.12.2018	Efeitos da adoção IFRS 9 (CPC 48)	Saldo em 31.12.2018
Ativo			
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes	4.125.131	(256.577)	3.868.554
Tributo diferido	317.631	87.236	404.867
Patrimônio líquido	3.558.833	(169.341)	3.389.492

3.5.2 IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47) substituiu as orientações de reconhecimento da receita presente na IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e da IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas e as interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente.

A IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A norma exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC47) usando o método retrospectivo modificado, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

O impacto na adoção deste pronunciamento ocorreu nos seguintes itens:

(i) reconhecimento dos ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD). Até 31 de dezembro de 2017, esses ressarcimentos eram reconhecidos como despesa operacional.

(ii) reconhecimento de ativo contratual representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual, conforme descrito na nota explicativa 13. Até 31 de dezembro de 2017, esses bens vinculados à concessão, em período de construção ou de melhoria, eram registrados no intangível em curso.

Os impactos da adoção da IFRS 15 (CPC 47) no balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado do exercício de 2018, estão abaixo apresentados:

Consolidado	Saldo sem adoção do IFRS 15 (CPC 47) em 31.12.2018	Efeitos da Adoção IFRS 15 (CPC 47)	Saldo em 31.12.2018
Receita Líquida ^(a)	11.998.987	(28.440)	11.970.547
Despesas gerais e administrativas	(1.112.138)	28.440	(1.083.698)
Intangível	3.426.708	(330.240)	3.096.468
Ativo contratual	-	330.240	330.240

^(a) Valor total de penalidades contabilizado como redução da TUSD na receita líquida

3.6 Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

As novas normas, alterações e interpretações descritas a seguir entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia e suas controladas não os adotaram de forma antecipada.

3.6.1 IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17), vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) arrendamento de curto prazo (prazo inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo é de baixo valor ou tenha como base pagamentos variáveis de arrendamento.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16 (CPC 06 (R2)), o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não reapresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando nesta nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos em 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16 (CPC 06 (R2)), a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais: (i) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição, e (ii) locação de veículos.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Consolidado	01.01.2019
Ativos de direito de uso	76.940
Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	76.940

3.6.2 IFRIC 23 (ICPC 22) - Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda

Esta interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia está avaliando os efeitos da adoção dessa nova norma.

3.6.3 Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados;
- Modificações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- Alterações na IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e na IAS 28 (CPC 18 (R2)): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto; e
- Modificações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)), IAS 31 (CPC 19 (R2)), IAS 23 (CPC 20 (R1)) e IAS 12 (CPC 32) - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas a seguir:

4.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

4.1.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

O Grupo reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Nessa categoria encontram-se as equivalentes de caixa, os títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento, os créditos com consumidores, concessionárias, permissionárias e cliente e ativos financeiros do setor (CVA).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Nesta categoria encontram-se os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura investida que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente. São mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”), equivalentes ao valor justo na data destas demonstrações financeiras, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também as cotas de fundos de investimento (títulos e valores mobiliários) e os instrumentos financeiros derivativos (swap).

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de hedge (operações de *swap*) para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Esses instrumentos são mantidos para regular as exposições da Companhia a riscos de variação de moeda estrangeira e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

4.1.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica seus passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado; e
- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas explicativas 19 e 20.

Nessa categoria também se encontram os passivos financeiros do setor (CVA) e fornecedores.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação, passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48.

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de hedge (operações de *swap*) e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

4.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

4.2 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.4 Ativo financeiro da concessão

A controlada Light SESA reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial (VNR). A controlada Light SESA adotou o modelo bifurcado para reconhecimento do ativo financeiro decorrente da indenização pelo Poder Concedente e o direito de exploração da concessão, que é classificado no intangível.

4.5 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

4.6 Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa será calculada através de uma abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento do contas a receber, cujos os percentuais de inadimplência serão mensurados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado de cada mês. A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa utiliza uma base de no mínimo três anos, segregado por classe de consumo.

4.7 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

4.8 Investimentos

A Companhia detém investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição das participações, líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

4.9 Ativo contratual

A Companhia classifica como ativo contratual os bens vinculados à concessão em construção registrados sob o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões. Conforme determinado pela IFRS 15 (CPC 47), esses bens devem ser classificados como ativo contratual pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

4.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, como no caso dos ativos da Lajes Energia, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da autorização ou concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 15.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

4.11 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão que serão descritos abaixo. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

4.11.1 Contratos de concessão e ativos de infraestrutura vinculados à concessão

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecidos em um contrato de concessão, é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

4.11.2 Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos em atividades de desenvolvimento, são capitalizados somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto e custos de empréstimo e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Outros gastos em atividade de desenvolvimento, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.11.3 Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados.

Eventuais ajustes nos métodos de amortização, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos ajustados de forma prospectiva.

4.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2018, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

4.13 Benefícios a empregados

4.13.1 Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

4.13.2 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado, na data das demonstrações financeiras, para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado, através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para a amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial líquida, conforme detalhado na nota explicativa 23.

Os custos de patrocínio do plano de pensão são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício e eventuais superávits ou déficits do plano são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

4.13.3 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no resultado do exercício.

4.14 Provisões

4.14.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

4.14.2 Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.15 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia e suas controladas avaliam se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

4.15.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela distribuidora.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

4.15.2 Receita de serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

4.15.3 Receita de construção

A receita de construção compreende o valor inicial, acordado no contrato, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues quando os valores são identificáveis separadamente.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível da concessão em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

4.15.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

4.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

4.16.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

4.16.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

4.16.3 Incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota explicativa 34.

4.17 Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Numerário disponível	71.855	238	108.189	57.951
Aplicações Financeiras de liquidez imediata				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.171	6.717	598.853	211.977
TOTAL	73.026	6.955	707.042	269.928

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

A remuneração média das aplicações no consolidado é de 82,6% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (70,3% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 35.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	261.804	57.275
Fundo de investimento	714.994	15.073
TOTAL	976.798	72.348

São representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica, (iii) fundos de investimentos e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (72,6% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecimento faturado	2.312.803	-	2.312.803	2.005.337	-	2.005.337
Fornecimento não faturado	483.009	-	483.009	495.428	-	495.428
Parcelamento de débitos	880.546	874.832	1.755.378	908.884	507.940	1.416.824
Comercialização de energia	521.427	82.992	604.419	424.197	-	424.197
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	24.391	-	24.391	25.010	-	25.010
Outras contas a receber	6	55.382	55.388	100	77.009	77.109
	4.222.182	1.013.206	5.235.388	3.858.956	584.949	4.443.905
(-) Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	(1.366.834)	-	(1.366.834)	(737.085)	-	(737.085)
TOTAL	2.855.348	1.013.206	3.868.554	3.121.871	584.949	3.706.820

Incluem o fornecimento e suprimento da energia elétrica, faturado e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes como instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos.

Os saldos relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes estão sujeitos à análise de perdas de créditos esperadas conforme a IFRS 9 (CPC 48). A Companhia utilizou uma abordagem simplificada por meio de uma matriz por idade de vencimento do contas a receber, cujos os percentuais de inadimplência foram calculados de acordo com o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado de cada mês. A Companhia utilizou uma base de três anos, segregado por classe de consumo e a Administração considera suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos.

As baixas de recebíveis para perda são efetuadas de acordo com a Lei N°9.430/1997 e Lei N°13.097/2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas baixas no montante de R\$61.628 (R\$447.933 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). As baixas foram realizadas contra a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa já constituída, não gerando, assim, impacto no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light Energia possui um saldo a receber de R\$435.505 (R\$135.869 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica Comercialização de energia, referente a inadimplência da liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1.

Os saldos vencidos e a vencer estão distribuídos da seguinte forma:

	Saldos a vencer	Saldos vencidos				Total	PECLD	31.12.2018
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	340.215	250.509	78.644	138.198	237.736	1.045.302	(447.184)	598.118
Industrial	27.424	15.474	3.444	5.162	65.258	116.762	(68.705)	48.057
Comercial	276.900	93.054	18.963	30.296	278.009	697.222	(285.169)	412.053
Rural	1.668	990	165	195	1.878	4.896	(1.982)	2.914
Poder Público	103.762	78.827	9.281	3.497	52.406	247.773	(52.877)	194.896
Iluminação Pública	56.821	11.618	30.589	8.838	12.274	120.140	(12.520)	107.620
Serviço Público	32.600	35.404	99	156	12.449	80.708	(4.915)	75.793
Fornecimento não faturado	406.765	-	-	-	-	406.765	(6.332)	400.433
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.246.155	485.876	141.185	186.342	660.010	2.719.568	(879.684)	1.839.884
Comercialização de energia	521.427	-	-	-	82.992	604.419	(784)	603.635
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	24.391	-	-	-	-	24.391	-	24.391
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	76.244	-	-	-	-	76.244	(435)	75.809
Outras contas a receber	55.388	-	-	-	-	55.388	-	55.388
	677.450	-	-	-	82.992	760.442	(1.219)	759.223
TOTAL	1.923.605	485.876	141.185	186.342	743.002	3.480.010	(880.903)	2.599.107

	Saldo a vencer	Saldo vencido				Total	PECLD	31.12.2017
		Até 90 dias	De 91 e 180 dias	De 181 e 360 dias	Mais de 360 dias			
Residencial	283.648	222.238	40.930	121.068	126.590	794.474	(232.181)	562.293
Industrial	29.156	20.332	9.847	10.059	58.857	128.251	(58.840)	69.411
Comercial	209.392	82.435	11.006	21.636	234.165	558.634	(299.511)	259.123
Rural	2.366	779	64	116	1.768	5.093	(3.442)	1.651
Poder Público	99.031	81.499	25.208	11.952	93.432	311.122	(105.654)	205.468
Iluminação Pública	32.141	11.713	15.764	2.297	6.623	68.538	(19.459)	49.079
Serviço Público	33.264	22.020	6.733	17.540	59.668	139.225	(17.998)	121.227
Fornecimento não faturado	438.971	-	-	-	-	438.971	-	438.971
SUBTOTAL - CONSUMIDORES	1.127.969	441.016	109.552	184.668	581.103	2.444.308	(737.085)	1.707.223
Comercialização de energia	424.197	-	-	-	-	424.197	-	424.197
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	25.010	-	-	-	-	25.010	-	25.010
Encargos de uso da rede elétrica - não faturado	56.457	-	-	-	-	56.457	-	56.457
Outras contas a receber	77.109	-	-	-	-	77.109	-	77.109
	582.773	-	-	-	-	582.773	-	582.773
TOTAL	1.710.742	441.016	109.552	184.668	581.103	3.027.081	(737.085)	2.289.996

7.1 Parcelamento de débitos

A Companhia possui saldos de consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes parcelados decorrentes de programas de negociação realizados.

Classe de consumidor	31.12.2018			31.12.2017		
	Total	PECLD	Total líquido	Total	PECLD	Total líquido
Residencial	1.324.190	(434.579)	889.611	1.029.247	-	1.029.247
Industrial	13.667	(811)	12.856	12.253	-	12.253
Comercial	122.660	(15.054)	107.606	103.009	-	103.009
Rural	1.071	(315)	756	542	-	542
Poder Público	148.077	(31.505)	116.572	228.286	-	228.286
Iluminação Pública	11.774	(2.770)	9.004	20.880	-	20.880
Serviço Público	133.939	(897)	133.042	22.607	-	22.607
TOTAL	1.755.378	(485.931)	1.269.447	1.416.824	-	1.416.824

Em 01 de julho de 2016, foi publicado decreto devidamente regulamentado pela Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro, que permitiu a compensação dos recebíveis em aberto de janeiro de 2015 a abril de 2016, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$153.140. Este decreto permitiu a compensação integral do saldo acima com valores a pagar de ICMS em até 29 parcelas. A compensação teve início em agosto de 2016 e foi concluída em dezembro de 2018.

Em 29 de junho de 2017, foi publicado o Ofício nº353 da Subsecretária de Finanças do Estado, que permitiu a compensação dos recebíveis em aberto de maio de 2016 a maio de 2017, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$110.209. Este ofício permitiu a compensação integral do saldo acima com valores a pagar de ICMS em até 18 parcelas. A compensação teve início em julho de 2017 e foi concluída em dezembro de 2018.

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com um grande cliente da classe de serviço público, cujo montante a receber era de R\$163.212. Desse montante, a Companhia arrecadou R\$36.362 e o valor remanescente encontra-se classificado no saldo de parcelamento de débitos.

Em 28 de setembro de 2018, foi publicado o Ofício nº734 da Subsecretária de Finanças do Estado, que permitiu a compensação dos recebíveis em aberto de junho de 2017 a julho de 2018, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$109.663. Este ofício permitiu a compensação integral deste saldo com valores a pagar de ICMS em até 2 parcelas. A compensação teve início em novembro de 2018 e foi concluída em dezembro de 2018.

Em 16 de outubro de 2018, foi celebrado um contrato de confissão de dívida com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que permitirá o parcelamento das faturas de energia elétrica em aberto em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$78.551. O montante atualizado é de R\$106.913 e será recebido em 22 parcelas, com início do recebimento a partir de março de 2019. Esse parcelamento encontra-se classificado no saldo de parcelamento de débitos.

7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD consolidada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

SALDO EM 01.01.2017	(787.183)
Adições (Nota 31)	(397.835)
Baixas	447.933
SALDO EM 31.12.2017	(737.085)
Aplicação inicial IFRS 9 (CPC 48)	(256.577)
Adições (Nota 31)	(434.800)
Baixas	61.628
SALDO EM 31.12.2018	(1.366.834)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes é divulgada na nota explicativa 35.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	75.089	52.404	127.493	87.457	53.965	141.422
ICMS a compensar ^(a)	49.726	52.404	102.130	64.318	52.902	117.220
PIS e COFINS a compensar	5.425	-	5.425	3.207	-	3.207
INSS	576	-	576	649	1.063	1.712
Outros	19.362	-	19.362	19.283	-	19.283
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	29.786	-	29.786	51.851	-	51.851
Imposto de Renda retido na fonte	29.284	-	29.284	44.823	-	44.823
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	502	-	502	7.028	-	7.028
TOTAL	104.875	52.404	157.279	139.308	53.965	193.273

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	464.724	-	464.724	250.609	-	250.609
Provisão para participação nos lucros e resultados	10.279	-	10.279	10.045	-	10.045
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota 21)	161.923	-	161.923	153.112	-	153.112
Complemento plano de pensão - CVM 695/12 (Nota 23)	-	-	-	12.817	-	12.817
Outros	18.857	-	18.857	34.638	-	34.638
Prejuízos fiscais	193.891	-	193.891	195.086	-	195.086
Base negativa de contribuição social	72.827	-	72.827	73.258	-	73.258
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 35)	37.966	(149.382)	(111.416)	34.580	(5.739)	28.841
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(441.560)	(441.560)	-	(391.602)	(391.602)
Custo atribuído Light Energia	-	(173.146)	(173.146)	-	(181.679)	(181.679)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	960.467	(764.088)	196.379	764.145	(579.020)	185.125
Apresentação pelo líquido	(555.600)	555.600	-	(399.637)	399.637	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	404.867	(208.488)	196.379	364.508	(179.383)	185.125

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Saldo em 01.01.2017	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Adesão ao PERT Lei nº13.496	Saldo em 31.12.2017	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Baixa por venda de participação (Light Esco)	Saldo em 31.12.2018
IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO									
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7)	267.642	(17.033)	-	-	250.609	127.802	87.236	(923)	464.724
Provisão para participação nos lucros e resultados	8.847	1.198	-	-	10.045	276	-	(42)	10.279
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota 21)	142.077	11.035	-	-	153.112	8.811	-	-	161.923
Complemento plano de pensão - CVM 695/12 (Nota 23)	12.817	-	-	-	12.817	(12.817)	-	-	-
Outros	47.500	(12.862)	-	-	34.638	(5.707)	-	(10.074)	18.857
Prejuízo fiscal	319.590	793	-	(125.297)	195.086	(561)	-	(634)	193.891
Base negativa de contribuição social	118.079	285	-	(45.106)	73.258	(203)	-	(228)	72.827
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 35)	31.842	2.738	-	-	34.580	3.386	-	-	37.966
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - ATIVO	948.394	(13.846)	-	(170.403)	764.145	120.987	87.236	(11.901)	960.467
IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO									
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 35)	(62.646)	56.907	-	-	(5.739)	(143.643)	-	-	(149.382)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(302.758)	(88.844)	-	-	(391.602)	(49.958)	-	-	(441.560)
Custo atribuído Light Energia	(190.617)	8.722	216	-	(181.679)	8.507	26	-	(173.146)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS - PASSIVO	(556.021)	(23.215)	216	-	(579.020)	(185.094)	26	-	(764.088)

Para fundamentar os créditos fiscais diferidos registrados, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até 31 de dezembro de 2018, o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal. O estudo indica a recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados em 31 de dezembro de 2018 em até quatro anos, conforme cronograma anual de realização a seguir:

2019	162.886
2020	279.649
2021	245.312
2022	272.620
TOTAL BRUTO	960.467

A Companhia estima que a realização dos créditos fiscais diferidos ao longo do ano de 2019 será concentrada nos itens de provisão para créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros derivativos e outros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido, no montante de R\$127.915 (R\$87.822 em 31 de dezembro de 2017), relativo à controladora, tendo em vista as incertezas na sua realização.

10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

A rubrica representa os saldos a receber e/ou a pagar relativos a ativos e passivos financeiros do setor incorridos e ainda não realizados pela tarifa da distribuidora de energia (Light SESA).

Segue abaixo a composição do saldo de ativos e passivos financeiros do setor em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado							
	31.12.2018							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores Homologados		Próximos Reajustes		Próximos Reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Itens da Parcela A	421.443	(237.110)	938.210	(144.372)	246.896	(37.993)	1.606.549	(419.475)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(41.309)	76.208	-	20.054	-	96.262	(41.309)
Custo de aquisição de energia	420.963	-	847.497	-	223.026	-	1.491.486	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(183.716)	-	(140.458)	-	(36.963)	-	(361.137)
PROINFA	480	-	379	-	99	-	958	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	(679)	14.126	-	3.717	-	17.843	(679)
Transporte de energia pela rede básica	-	(11.406)	-	(3.914)	-	(1.030)	-	(16.350)
Itens Financeiros	-	(186.952)	176.738	(406.390)	46.511	(106.945)	223.249	(700.287)
Outros itens financeiros	-	(178.211)	101.420	(14.017)	26.690	(3.689)	128.110	(195.917)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	-	-	-	(355.090)	-	(93.445)	-	(448.535)
Neutralidade da Parcela A	-	-	75.318	-	19.821	-	95.139	-
Devoluções Tarifárias	-	(8.741)	-	(37.283)	-	(9.811)	-	(55.835)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	421.443	(424.062)	1.114.948	(550.762)	293.407	(144.938)	1.829.798	(1.119.762)
Apresentação pelo líquido	(421.443)	421.443	(550.762)	550.762	(144.938)	144.938	(1.117.143)	1.117.143
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(2.619)	564.186	-	148.469	-	712.655	(2.619)

	Consolidado							
	31.12.2017							
	Circulante				Não circulante		Total	
	Valores Homologados		Próximos Reajustes		Próximos Reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Itens da Parcela A	152.465	(38.967)	938.857	(593.292)	187.770	(118.658)	1.279.092	(750.917)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(3.883)	-	(122.386)	-	(24.477)	-	(150.746)
Custo de aquisição de energia	138.718	-	938.857	-	187.770	-	1.265.345	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	(35.084)	-	(437.631)	-	(87.526)	-	(560.241)
PROINFA	10.008	-	-	-	-	-	10.008	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	976	-	-	(2.075)	-	(415)	976	(2.490)
Transporte de energia pela rede básica	2.763	-	-	(31.200)	-	(6.240)	2.763	(37.440)
Itens Financeiros	28.875	(241.232)	234.415	(413.029)	46.883	(82.605)	310.173	(736.866)
Outros itens financeiros	23.688	(241.232)	61.550	-	12.310	-	97.548	(241.232)
Sobrecontratação de energia / exposição involuntária	34	-	-	(374.682)	-	(74.936)	34	(449.618)
Neutralidade da Parcela A	5.153	-	172.865	-	34.573	-	212.591	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	(38.347)	-	(7.669)	-	(46.016)
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor bruto	181.340	(280.199)	1.173.272	(1.006.321)	234.653	(201.263)	1.589.265	(1.487.783)
Apresentação pelo líquido	(181.340)	181.340	(1.006.321)	1.006.321	(201.263)	201.263	(1.388.924)	1.388.924
ATIVOS / (PASSIVOS) financeiros do setor líquido	-	(98.859)	166.951	-	33.390	-	200.341	(98.859)

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

SALDO EM 01.01.2017	(524.701)
Constituição ^(a)	41.143
Amortização ^(a)	382.225
Pagamento de recursos de CCRBT ^(a)	213.486
Atualização Selic (Nota 33)	(10.671)
SALDO EM 31.12.2017	101.482
Constituição ^(a)	508.926
Amortização ^(a)	64.774
Pagamento de recursos de CCRBT ^(a)	53.203
Recebimento Tesouro Nacional - Ressarcimento P&D	(81.759)
Atualização Selic (Nota 33)	63.410
SALDO EM 31.12.2018	710.036

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide nota explicativa 29), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

	Homologado pela Aneel no reajuste de 15.03.2018	Próximos Reajustes Tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL no reajuste de 15.03.2018	39.636	-	39.636
Ativos e passivos financeiros do setor (Amortização/Constituição)	(33.514)	759.749	726.235
Devoluções tarifárias ⁽¹⁾	(8.741)	(47.094)	(55.835)
SALDO EM 31.12.2018	(2.619)	712.655	710.036

⁽¹⁾ Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Representa os valores a serem recebidos ao final da concessão do poder concedente, ou para quem este delegar, a título de indenizações pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão da controlada Light SESA.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR").

Movimentação dos saldos, referentes ao ativo indenizável ao final da concessão, nos exercícios de 2018 e de 2017:

	Consolidado		
	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 01.01.2017	4.064.198	(829.859)	3.234.339
Adições ^{(a)(b)}	470.534	(197.791)	272.743
Valor justo - atualização VNR (Nota 29)	88.769	(17.403)	71.366
Valor justo do ativo indenizável da concessão - BRR (Nota 29)	100.239	89.701	189.940
Baixas	(4.193)	-	(4.193)
SALDO EM 31.12.2017	4.719.547	(955.352)	3.764.195
Adições ^(a)	407.397	(41.775)	365.622
Valor justo - atualização VNR (Nota 29)	189.298	(42.363)	146.935
Baixas	(4.891)	-	(4.891)
SALDO EM 31.12.2018	5.311.351	(1.039.490)	4.271.861

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 (ICPC 01) (vide nota explicativa 16).

^(b) Inclui (R\$97.540) referente as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos registradas em Obrigações especiais, que a partir do 4º ciclo de revisão tarifária, ocorrido em 15 de março de 2017, começaram a ser amortizadas com taxa de amortização de 3,8%.

12. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Circulante						
Adiantamento a fornecedores ^(a)	4.580	84.260	88.840	3.444	-	3.444
Contribuição iluminação pública	91.453	-	91.453	86.157	-	86.157
Dispêndios a reembolsar	16.727	-	16.727	15.103	-	15.103
Desativações e alienações em curso	46.681	-	46.681	50.988	-	50.988
Subvenção baixa renda	17.196	-	17.196	24.505	-	24.505
Subvenção CDE ^(b)	50.533	-	50.533	28.721	-	28.721
Venda de participação (Light Esco)	18.243	-	18.243	-	-	-
Outros	8.581	-	8.581	2.884	-	2.884
TOTAL	253.994	84.260	338.254	211.802	-	211.802

^(a) Inclui, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$84.260 referente a adiantamentos realizados entre a Lightcom e a Renova Energia, conforme nota explicativa 25.

^(b) Inclui subvenção decorrente dos Decretos nº 7.945/13 e nº 8.221/14.

Em 19 dezembro de 2017 e em 25 de julho de 2018, foram realizadas operações de mútuo entre a controladora Light S.A e a controlada Lajes Energia no valor de R\$9.000 e de R\$1.000, respectivamente, com taxa de CDI + 3,5% a.a. Em 03 de dezembro de 2018, a controlada Lajes Energia quitou a dívida adquirida junto a Light S.A. no montante de R\$10.901.

13. ATIVO CONTRATUAL

O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pela IFRS 15 (CPC 47), os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessões, devem ser classificados como ativo contratual pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 9,8% ao ano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado	31.12.2018
Direito de uso da concessão	401.679
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(71.439)
Total	330.240

14. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Avaliados por equivalência patrimonial: *				
Light SESA	2.446.130	2.556.980	-	-
Light Energia	276.294	240.342	-	-
Renova Energia ^(b)	-	-	-	134.958
Guanhães Energia ^(b)	-	-	111.188	26.039
Light Esco	-	152.333	-	-
Lightcom	98.559	91.326	-	-
Light Soluções	1.286	542	-	-
Lightger ^(b)	43.913	42.499	43.913	42.499
Light Conecta	101.803	37.495	-	-
UHE Itaocara ^(a)	-	-	5.340	5.662
Axxiom ^(b)	8.641	12.350	8.641	12.350
Amazônia Energia ^(b)	346.607	289.274	346.607	289.274
Energia Olímpica ^(b)	1.201	1.760	1.201	1.760
SUBTOTAL	3.324.434	3.424.901	516.890	512.542
Outros Investimentos permanentes ^(c)	-	-	29.732	23.462
SUBTOTAL	-	-	29.732	23.462
TOTAL DO INVESTIMENTO	3.324.434	3.424.901	546.622	536.004

^(a) Empresa em fase pré-operacional

^(b) Refere-se ao investimento apurado a partir do patrimônio líquido para fins de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2018, o investimento na controlada em conjunto Renova Energia foi limitado a zero de acordo com o contrato dos acionistas que não prevê obrigação legal sobre o patrimônio líquido.

^(c) Inclui investimentos referentes a participações societárias em outras empresas, avaliadas pelo valor de mercado, que a controlada Light SESA detém.

* Instituto Light possui saldo inferior a R\$1 nos exercícios apresentados.

Informações sobre as companhias controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial e saldos proporcionais) apresentadas abaixo:

Controladora								
Controladas e controladas em conjunto - Participações		Patrimônio Líquido		Dividendos a receber		Dividendos recebidos		Lucro / (Prejuízo) do exercício
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	2018	2017	2018 2017
Light SESA	100,0%	2.446.130	2.556.980	(18.219)	(22.101)	(22.101)	-	76.709 93.055
Light Energia	100,0%	276.294	240.342	-	-	-	-	36.001 (73.320)
Light Esco	-	-	152.333	-	-	-	(14.000)	(10.669) 24.761
Lightcom	100,0%	98.559	91.326	-	-	(85.925)	(39.731)	93.159 111.926
Light Soluções	100,0%	1.286	542	(498)	(498)	-	-	143 (2.216)
Lightger	51,0%	43.913	42.499	-	-	(1.852)	(2.675)	3.267 1.950
Light Conecta	100,0%	101.803	37.495	-	-	-	-	(5.668) (102)
Axxiom	51,0%	8.641	12.350	-	-	-	(150)	(3.710) (6.424)
Amazônia Energia	25,5%	346.607	289.274	-	-	-	-	26.293 (7.090)
Energia Olímpica	50,1%	1.201	1.760	-	-	-	-	- 220
		3.324.434	3.424.901	(18.717)	(22.599)	(109.878)	(56.556)	215.525 142.760

Consolidado							
Controladas em conjunto - Participações	Patrimônio Líquido			Dividendos recebidos		Lucro / (Prejuízo) do exercício	
		31.12.2018	31.12.2017	2018	2017	2018	2017
Light Energia							
Renova Energia	17,2%	-	134.958	-	-	(133.893)	(193.106)
Guanhães Energia	51,0%	111.188	26.039	-	-	22.853	(12.851)
Lightger	51,0%	43.913	42.499	(1.852)	(2.675)	3.267	1.950
Axxiom	51,0%	8.641	12.350	-	(150)	(3.710)	(6.424)
Amazônia Energia	25,5%	346.607	289.274	-	-	26.293	(7.090)
Energia Olímpica	50,1%	1.201	1.760	-	-	-	220
Light Conecta							
UHE Itacara	51,0%	5.340	5.662	-	-	(4.153)	-
		516.890	512.542	(1.852)	(2.825)	(89.343)	(217.301)

Outras informações:

Controladora				
Controladas e controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Light SESA	2.314.365	2.314.365	14.402.483	12.352.046
Light Energia	77.422	77.422	2.772.055	1.922.484
Light Esco	-	146.084	-	207.008
Lightcom	4.500	4.500	361.548	272.317
Light Soluções	3.850	2.350	1.988	2.034
Lightger	40.408	40.408	102.769	98.276
Light Conecta	116.233	46.257	109.451	40.312
Axxiom	23.766	23.766	27.995	29.273
Amazônia Energia	337.219	313.548	346.744	289.279
Energia Olímpica ⁽¹⁾	-	-	2.781	2.739

⁽¹⁾ Energia Olímpica possui saldo de capital social integralizado inferior a R\$1 nos exercícios apresentados.

Consolidado				
Controladas em conjunto	Capital social integralizado		Total do Ativo	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Light Energia				
Renova Energia	508.365	508.365	451.294	502.967
Guanhães Energia	259.224	196.930	198.877	30.775
Lightger	40.408	40.408	102.769	98.276
Axxiom	23.766	23.766	27.995	29.273
Amazônia Energia	337.219	313.548	346.744	289.279
Energia Olímpica ⁽¹⁾	-	-	2.781	2.739
Light Conecta				
UHE Itacara	11.304	5.662	9.862	8.205

⁽¹⁾ Energia Olímpica possui saldo de capital social integralizado inferior a R\$1 nos exercícios apresentados.

Movimentação dos investimentos nas controladas (consolidadas) e controladas em conjunto (equivalência patrimonial) nos exercícios de 2018 e de 2017:

	Controladora									
	31.12.2017	Aumento/ Transferência de capital	Dividendos	Baixa de custo atribuído	Baixa por venda de participação (Light Esco)	Adoção IFRS 9 (CPC 48)	Provisão para perda	Equivalência Patrimonial		31.12.2018
								Outros	Resultado	
Light SESA	2.556.980	-	(18.219)	-	-	(169.341)	-	1	76.709	2.446.130
Light Energia	240.342	-	-	(49)	-	-	-	-	36.001	276.294
Light Esco	152.333	(64.334)	-	-	(61.620)	-	(13.367)	(2.343)	(10.669)	-
Lightcom	91.326	-	(85.925)	-	-	-	-	(1)	93.159	98.559
Light Soluções	542	600	-	-	-	-	-	1	143	1.286
Lightger	42.499	-	(1.852)	-	-	-	-	(1)	3.267	43.913
Light Conecta	37.495	69.976	-	-	-	-	-	-	(5.668)	101.803
Axxiom	12.350	-	-	-	-	-	-	1	(3.710)	8.641
Amazônia Energia	289.274	23.671	-	-	-	-	-	7.369	26.293	346.607
Energia Olímpica	1.760	-	-	-	-	-	-	(559)	-	1.201
TOTAL	3.424.901	29.913	(105.996)	(49)	(61.620)	(169.341)	(13.367)	4.468	215.525	3.324.434

	Controladora						
	01.01.2017	Aumento de capital	Dividendos	Resultados Abrangentes ^(a)	Baixa de custo atribuído	Equivalência Patrimonial	
						Outros	Resultado
Light SESA	2.486.026	-	(22.101)	-	-	-	93.055
Light Energia	329.704	-	-	(15.621)	(420)	(1)	(73.320)
Light Esco	141.580	-	(14.000)	-	-	(8)	24.761
Lightcom	19.131	-	(39.731)	-	-	-	111.926
Light Soluções	3.240	1.000	-	-	-	(1.482)	(2.216)
Lightger	42.555	-	(2.006)	-	-	-	1.950
Light Conecta	34.829	2.767	-	-	-	1	(102)
Axxiom	20.050	-	-	-	-	(1.276)	(6.424)
Amazônia Energia	267.330	29.035	-	-	-	(1)	(7.090)
Energia Olímpica	1.540	-	-	-	-	-	220
TOTAL	3.345.985	32.802	(77.838)	(15.621)	(420)	(2.767)	142.760

^(a) A realização do resultado abrangente da controlada Light Energia ocorreu em função da alienação do investimento da controlada em conjunto Renova Energia na TerraForm Global (investimento no exterior).

	Consolidado					
	31.12.2017	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial		31.12.2018
				Outros	Resultado	
Light Energia						
Renova Energia	134.958	-	-	(1.065)	(133.893)	-
Guanhães Energia	26.039	62.294	-	2	22.853	111.188
Lightger	42.499	-	(1.852)	(1)	3.267	43.913
Axxiom	12.350	-	-	1	(3.710)	8.641
Amazônia Energia	289.274	23.671	-	7.369	26.293	346.607
Energia Olímpica	1.760	-	-	(559)	-	1.201
Light Conecta						
UHE Itacara	5.662	5.642	-	(1.811)	(4.153)	5.340
TOTAL	512.542	91.607	(1.852)	3.936	(89.343)	516.890

	Consolidado						
	01.01.2017	Aumento de capital	Dividendos	Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial		
					Ganho na diluição de participação	Outros	Resultado
Light Energia							
Renova Energia	305.543	18.000	-	(15.621)	20.143	(1)	(193.106)
Guanhães Energia	(61.481)	101.154	-	-	-	(783)	(12.851)
Lightger	42.555	-	(2.006)	-	-	-	1.950
Axxiom	20.050	-	-	-	-	(1.276)	(6.424)
Amazônia Energia	267.330	29.035	-	-	-	(1)	(7.090)
Energia Olímpica	1.540	-	-	-	-	-	220
Light Conecta							
UHE Itacara	2.895	2.767	-	-	-	-	-
TOTAL	578.432	150.956	(2.006)	(15.621)	20.143	(2.061)	(217.301)

Abaixo, os saldos integrais patrimoniais de 31 de dezembro de 2018 e de 2017, e o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 das principais controladas em conjunto que foram registrados pelo método de equivalência patrimonial:

31.12.2018	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica	UHE Itacara
ATIVO							
Circulante	28.345	110	69.867	1.737.707	5.420	2.262	4.803
Caixa e Equivalente Caixa	6.952	97	58.418	28.707	4.578	2.183	4.693
Outros	21.393	13	11.449	1.709.000	842	79	110
Não circulante	26.546	1.359.670	131.640	890.678	384.535	3.289	14.534
TOTAL DO ATIVO	54.891	1.359.780	201.507	2.628.385	389.955	5.551	19.337
PASSIVO							
Circulante	33.268	538	44.204	2.195.371	27.449	3.154	204
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.888	-	8.614	348.669	12.866	-	-
Outros	24.380	538	35.590	1.846.702	14.583	3.154	204
Não circulante	4.680	-	71.198	509.503	144.490	-	8.663
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.304	-	71.198	63.587	139.170	-	-
Outros	3.376	-	-	445.916	5.320	-	8.663
Patrimônio líquido	16.943	1.359.242	86.105	(76.489)	218.016	2.397	10.470
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.891	1.359.780	201.507	2.628.385	389.955	5.551	19.337

2018	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	UHE Itacara
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de vendas	50.167	-	45.582	709.795	10.837	-
Custos das vendas	(53.032)	-	-	(834.235)	-	-
LUCRO/ (PREJUÍZO) BRUTO	(2.865)	-	45.582	(124.440)	10.837	-
Despesas gerais e administrativas	(8.157)	(1.277)	(32.381)	(130.898)	(16.009)	(8.470)
Equivalência Patrimonial	-	104.935	-	48.686	-	-
Ganho (Perda) valor recuperável <i>impairment</i>	-	-	-	(150.226)	51.775	-
Outras despesas	-	-	-	(177.231)	-	-
Resultado financeiro líquido	(1.105)	137	(4.179)	(316.403)	(1.793)	327
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	(12.127)	103.795	9.022	(850.512)	44.810	(8.143)
Imposto de renda e contribuição social	4.853	(684)	(2.616)	(5.785)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(7.274)	103.111	6.406	(856.297)	44.810	(8.143)

31.12.2017	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica	UHE Itacara
ATIVO							
Circulante	46.288	97	50.553	143.538	10.630	5.468	4.955
Caixa e Equivalente Caixa	3.428	70	44.195	24.750	7.428	2.235	4.896
Outros	42.860	27	6.358	118.788	3.202	3.233	59
Não circulante	11.111	1.134.339	142.146	2.785.799	49.713	-	11.135
TOTAL DO ATIVO	57.399	1.134.436	192.699	2.929.337	60.343	5.468	16.090
PASSIVO							
Circulante	29.371	28	30.340	1.750.936	9.242	1.956	1.182
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.477	-	8.617	1.212.702	-	-	-
Outros	23.894	28	21.723	538.234	9.242	1.956	1.182
Não circulante	3.812	-	79.028	392.391	44	-	7.359
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.465	-	79.028	80.636	-	-	-
Outros	2.347	-	-	311.755	44	-	7.359
Patrimônio líquido	24.216	1.134.408	83.331	786.010	51.057	3.512	7.549
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57.399	1.134.436	192.699	2.929.337	60.343	5.468	16.090

2017	Axxiom	Amazônia	Lightger	Renova	Guanhães	Energia Olímpica
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida de vendas	43.340	-	41.727	734.098	-	-
Custos das vendas	(54.807)	-	-	(676.668)	-	-
LUCRO/ (PREJUÍZO) BRUTO	(11.467)	-	41.727	57.430	-	-
Despesas gerais e administrativas	(7.094)	(643)	(30.006)	(155.183)	(637)	(261)
Equivalência Patrimonial	-	(27.158)	-	86.329	-	-
Perda na alienação de ativos	-	-	-	(147.721)	-	-
Ganho (Perda) no investimento ⁽¹⁾	-	-	-	172.243	(22.465)	-
Redução ao valor recuperável imobilizado	-	-	-	(786.544)	-	-
Resultado financeiro líquido	(337)	(4)	(5.283)	(457.879)	(2.092)	157
LUCRO ANTES DO IR E CSLL	(18.898)	(27.805)	6.438	(1.231.325)	(25.194)	(104)
Imposto de renda e contribuição social	6.301	-	(2.614)	106.654	-	544
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(12.597)	(27.805)	3.824	(1.124.671)	(25.194)	440

⁽¹⁾ Como consequência da alienação das ações da TerraForm Global, a Renova Energia reclassificou os ganhos de ajustes positivos acumulados anteriormente registrados em outros resultados abrangentes, no valor de R\$172.243, para o resultado do exercício na linha Ganho no investimento.

14.1 Light Conecta

- Alteração de denominação da Itaocara Energia para Light Conecta

Em 28 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia alterou a denominação da Sociedade de Itaocara Energia Ltda. para Light Conecta Ltda.

14.2 Light Esco

14.2.1 Alienação da totalidade das ações da controlada Light Esco

Em 20 de março de 2018, foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações entre a Light S.A. e Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. ("Ecogen"), para a alienação da totalidade das ações detidas pela Light na controlada Light Esco.

Em 04 de outubro de 2018, a Companhia concluiu a operação de alienação da totalidade das ações detidas no capital social da Light Esco - Prestação de Serviços S.A., sua subsidiária integral, à Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. ("Ecogen").

A operação foi concluída com o pagamento pela Ecogen de R\$43.377 à Companhia, já descontados os saldos da dívida, após o cumprimento de todas as condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

14.2.2 Contrato de compra e venda de ativos, assunção de passivos e outras avenças entre a Light Esco e a controlada Light Conecta e alteração de denominação da Itaocara Energia

Em 25 de setembro de 2018, a controlada Light Esco celebrou contrato de compra e venda de ativos, assunção de passivos e outras avenças com a controlada Light Conecta Ltda. A operação foi efetuada por meio de nota promissória, no montante de R\$64.334 e resultou no aumento do capital social da Light Conecta.

14.3 Renova Energia

14.3.1 Continuidade operacional da controlada em conjunto indireta Renova Energia

Em 31 de dezembro de 2018, a Renova Energia apresentou prejuízo de R\$856.297, possui prejuízos acumulados de R\$3.050.887, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$457.663 e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos inclusive de construção dos parques eólicos e solares. Diante desse cenário a Renova Energia vem executando ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, dentre elas: (i) suspensão do fornecimento de energia eólica incentivada; (ii) negociação para venda do Complexo Eólico Alto Sertão III; (iii) Reperfilamento de dívidas bancárias dos valores devidos as partes relacionadas Cemig GT e Lightcom por meio de título de dívida; e (iv) adiantamento de recursos de acionistas. A Renova Energia está trabalhando conjuntamente com seus sócios controladores em um Novo Plano de Reestruturação com vistas de equacionar a estrutura de capital e honrar seus compromissos.

14.3.2 Investigações conduzidas por autoridades públicas na controlada em conjunto indireta Renova Energia sobre determinados gastos e suas destinações

Em 19 de janeiro de 2018, a Renova Energia respondeu a um ofício da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais recebido em novembro de 2017 relacionado a investigação que está sendo conduzida por essa Autoridade Policial em determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores na Renova Energia e aportes efetuados pela Renova Energia em determinados projetos em desenvolvimento durante o ano de 2014. Em dezembro de 2017, a Light respondeu um ofício para a polícia civil do estado de Minas Gerais, apresentando documentos relativos aos investimentos da controlada Light Energia na Renova. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova Energia solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente. Adicionalmente, foi constituído um comitê de acompanhamento, composto por conselheiros independentes, pelo presidente do conselho de administração e pelo coordenador do comitê de auditoria, que estão acompanhando a investigação interna.

Os trabalhos de investigação interna na Renova Energia ainda estão em andamento e não é possível, até o presente momento, mensurar eventuais efeitos desta investigação. Os projetos que deram origem a essa averiguação foram baixados pela Renova Energia, em dezembro de 2017, gerando um efeito no resultado da controlada Light Energia, por meio de equivalência patrimonial, no montante de R\$11.052.

14.3.3 Penhora das ações de emissão da sociedade Chipley SP Participações S.A

Em 12 de dezembro de 2018, o Juiz da 12ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, da Comarca de São Paulo, determinou a penhora das ações de emissão da sociedade Chipley SP Participações S.A detidas pela Renova Energia, em razão de dívida contraída junto ao Banco BTG Pactual S.A. A Chipley é controlada pela Renova Energia e detém diretamente participação de 51% na empresa Brasil PCH S.A.

14.4 Amazônia Energia

14.4.1 Riscos relacionados a leis e regulamentos na investida indireta Norte Energia S.A.

Desde de 2014, o Ministério Público Federal vem investigando irregularidades envolvendo empreiteiros, fornecedores e empresas estatais e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos. Neste contexto, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores da Eletrobras, bem como alguns empreiteiros e fornecedores de alguns dos investimentos da Eletrobras envolvidos na construção de usinas de geração, dentre estes a Norte Energia, responsável pela construção da UHE Belo Monte.

O Grupo Eletrobras, que detém 49,98% do capital social da Norte Energia, contratou escritório de advocacia especializado em investigação corporativa para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos nos quais as Empresas do Grupo Eletrobras participam de forma corporativa ou minoritária.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da Norte Energia. Foi concluído que o montante atribuído a eventuais superfaturamentos provenientes de subornos e/ou de licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, foi de R\$183.000 na Norte Energia, gerando um efeito de R\$4.559 na Companhia. O impacto foi integralmente reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

14.5 Guanhães Energia

14.5.1 Investigações conduzidas por autoridades públicas sobre a aquisição ocorrida na controlada em conjunto indireta Guanhães Energia

Em 04 de setembro de 2018 e em 23 de outubro de 2018, a Companhia recebeu ofícios da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais solicitando informações sobre a aquisição ocorrida em 2012 da participação de 51% do capital da controlada em conjunto Guanhães Energia, anteriormente detida pela Investminas Participações S.A. ("Investminas"). As informações solicitadas incluem a taxa de retorno, investimentos realizados e comprovantes de pagamentos, entre outros. Conforme Comunicado ao Mercado, divulgado em 20 de outubro de 2015, a Companhia informou, no âmbito de notícia veiculada na imprensa sobre a aquisição de participação na Guanhães Energia, que não tem conhecimento de pagamentos a intermediários, sendo que interagiu diretamente com a Investminas Participações S.A. ("Investminas") e Cemig GT, reconhecendo apenas o pagamento realizado à Investminas como vendedora da participação acionária de 51% na Guanhães Energia. A Companhia respondeu aos referidos ofícios tempestivamente e reitera desconhecimento de qualquer irregularidade no processo de aquisição da participação na Guanhães Energia.

15. IMOBILIZADO

	Consolidado				
	31.12.2018				31.12.2017
	Taxa Média Anual (%)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Geração	3,45	2.849.040	(1.830.479)	1.018.561	1.066.503
Transmissão	4,02	51.753	(36.495)	15.258	16.044
Distribuição	4,69	21.932	(21.200)	732	907
Administração	7,96	451.426	(268.877)	182.549	199.574
Comercialização	7,96	19.156	(10.245)	8.911	72.837
EM SERVIÇO		3.393.307	(2.167.296)	1.226.011	1.355.865
Geração		285.304	-	285.304	231.673
Administração		49.166	-	49.166	25.861
EM CURSO		334.470	-	334.470	257.534
TOTAL		3.727.777	(2.167.296)	1.560.481	1.613.399

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado					Saldos em 31.12.2018
	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Baixa por venda de participação (Light Esco)	
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO						
Custo						
Terrenos	104.954	-	-	-	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.309.087	-	-	2.251	-	1.311.338
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.623	-	(89)	331	-	300.865
Máquinas e equipamentos	1.639.222	-	(968)	11.860	(82.412)	1.567.702
Veículos	14.308	-	(293)	248	-	14.263
Móveis e utensílios	97.274	-	-	7	-	97.281
Obrigações Especiais	(3.096)	-	-	-	-	(3.096)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.462.372	-	(1.350)	14.697	(82.412)	3.393.307
(-) Depreciação						
Reservatório, barragens e adutoras	(891.464)	(17.412)	-	-	-	(908.876)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(186.027)	(6.323)	89	-	-	(192.261)
Máquinas e equipamentos	(932.844)	(59.134)	274	-	23.254	(968.450)
Veículos	(12.750)	(520)	292	-	-	(12.978)
Móveis e utensílios	(83.580)	(1.397)	-	-	-	(84.977)
Obrigações Especiais	158	88	-	-	-	246
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(2.106.507)	(84.698)	655	-	23.254	(2.167.296)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						
Terreno	487	1	-	(36)	-	452
Reservatório, barragens e adutoras	24.730	4.609	(97)	(128)	-	29.114
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.972	10.653	(212)	(582)	-	39.831
Máquinas e equipamentos	145.146	77.748	(1.181)	(13.675)	(53)	207.985
Veículos	166	118	-	(248)	-	36
Móveis e utensílios	401	38	(5)	(28)	-	406
Estudos e Projetos	56.632	181	(167)	-	-	56.646
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	257.534	93.348	(1.662)	(14.697)	(53)	334.470
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.613.399	8.650	(2.357)	-	(59.211)	1.560.481

	Consolidado				
	Saldos em 01.01.2017	Adições	Baixas	Transferências para Serviço	Saldos em 31.12.2017
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO					
Custo					
Terrenos	104.976	-	(22)	-	104.954
Reservatório, barragens e adutoras	1.306.209	-	-	2.878	1.309.087
Edificações, obras civis e benfeitorias	300.817	-	(2.744)	2.550	300.623
Máquinas e equipamentos	1.598.431	-	(10.607)	51.398	1.639.222
Veículos	14.272	-	(184)	220	14.308
Móveis e utensílios	105.798	-	(9.905)	1.381	97.274
Obrigações Especiais	(3.096)	-	-	-	(3.096)
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO	3.427.407	-	(23.462)	58.427	3.462.372
(-) Depreciação					
Reservatório, barragens e adutoras	(873.953)	(17.511)	-	-	(891.464)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(182.411)	(6.360)	2.744	-	(186.027)
Máquinas e equipamentos	(876.359)	(65.719)	9.234	-	(932.844)
Veículos	(12.310)	(624)	184	-	(12.750)
Móveis e utensílios	(91.956)	(1.511)	9.887	-	(83.580)
Obrigações Especiais	70	88	-	-	158
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM SERVIÇO - CUSTO/DEPRECIÇÃO	(2.036.919)	(91.637)	22.049	-	(2.106.507)
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO					
Terreno	449	38	-	-	487
Reservatório, barragens e adutoras	15.699	12.484	-	(3.453)	24.730
Edificações, obras civis e benfeitorias	34.159	1.007	(4)	(5.190)	29.972
Máquinas e equipamentos	161.393	51.506	(18.060)	(49.693)	145.146
Veículos	166	-	-	-	166
Móveis e utensílios	(1.573)	-	(1)	1.975	401
Estudos e Projetos	37.660	21.723	(685)	(2.066)	56.632
TOTAL DA IMOBILIZAÇÃO EM CURSO	247.953	86.758	(18.750)	(58.427)	257.534
TOTAL DO IMOBILIZADO	1.638.441	(4.879)	(20.163)	-	1.613.399

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$5.631 (R\$7.418 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), cuja taxa média de capitalização foi de 9,8% ao ano.

15.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	COMERCIALIZAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%	TRANSMISSÃO	%
Barramento	2,50	Edificações	3,33	Edificações	3,33	Condutor do sistema	2,70
Disjuntor	3,03	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25	Equipamento geral	6,25
Edificações	2,00	Veículos	14,29	Veículos	14,29	Estrutura do sistema	3,13
Equipamentos da tomada d'água	3,70					Religadores	4,00
Estrutura da tomada d'água	2,86						
Gerador	3,33						
Grupo motor - gerador	5,88						
Reserv., barragens e adutoras	2,00						
Sistema de comunicação local	6,67						
Turbina hidráulica	2,50						

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Os contratos de concessão das usinas hidrelétricas da controlada Light Energia preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, de forma que a Administração entende que o valor do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsado pelo Poder Concedente.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

16. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	31.12.2018			31.12.2017
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	7.743.168	(4.911.142)	2.832.026	2.962.679
Outros ^(a)	897.416	(725.397)	172.019	127.406
EM SERVIÇO	8.640.584	(5.636.539)	3.004.045	3.090.085
Direito de uso da concessão	-	-	-	218.197
Outros ^(a)	92.423	-	92.423	265.285
EM CURSO	92.423	-	92.423	483.482
TOTAL INTANGÍVEL	8.733.007	(5.636.539)	3.096.468	3.573.567

^(a) Inclui basicamente softwares e servidão de passagem

Em conformidade com a ICPC 01 - Contratos de Concessões, os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados, os investimentos são bifurcados e o valor que será amortizado durante o prazo de concessão é registrado no intangível em serviço, e a parcela dos investimentos na infraestrutura de distribuição que não estiver englobada dentro do prazo de concessão é registrada como ativo financeiro de concessão qual será recebido ao término do contrato de concessão mediante indenização devida pelo poder concedente. Ambos os montantes registrados estão líquidos das obrigações especiais.

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi incorporado ao ativo intangível, a título de capitalização de juros, o montante de R\$18.383 (R\$26.975 exercício findo em 31 de dezembro de 2017), cuja taxa média de capitalização foi de 9,8% ao ano.

A infraestrutura, utilizada pela controlada Light SESA, é vinculada ao serviço de distribuição, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador, sendo que, se ocorrer, deve atender à Resolução ANEEL nº 20/99.

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado					Saldos em 31.12.2018
	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Transferências para Ativo contratual	
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	8.151.823	-	(52.423)	284.002	-	8.383.402
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(622.531)	-	-	(17.703)	-	(640.234)
	7.529.292	-	(52.423)	266.299	-	7.743.168
Outros	860.687	-	-	119.215	-	979.902
Obrigações Especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	-	(82.486)
	778.201	-	-	119.215	-	897.416
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	8.307.493	-	(52.423)	385.514	-	8.640.584
(-) Amortização						
Direito de uso da concessão	(4.709.917)	(441.262)	48.381	(9.075)	-	(5.111.873)
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	143.304	57.427	-	-	-	200.731
	(4.566.613)	(383.835)	48.381	(9.075)	-	(4.911.142)
Outros	(661.665)	(77.769)	-	-	-	(739.434)
Obrigações Especiais - Outros	10.870	3.167	-	-	-	14.037
	(650.795)	(74.602)	-	-	-	(725.397)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(5.217.408)	(458.437)	48.381	(9.075)	-	(5.636.539)
EM CURSO						
Direito de uso da concessão	313.518	666.619	-	(578.458)	(401.679)	-
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(95.321)	(35.596)	-	59.478	71.439	-
	218.197	631.023	-	(518.980)	(330.240)	-
Outros	265.285	50.219	-	(223.081)	-	92.423
	265.285	50.219	-	(223.081)	-	92.423
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	483.482	681.242	-	(742.061)	(330.240)	92.423
TOTAL DO INTANGÍVEL	3.573.567	222.805	(4.042)	(365.622)	(330.240)	3.096.468

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01 e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide nota explicativa 11.

	Consolidado				
	Saldos em 01.01.2017	Adições	Baixas	Transferências entre contas ^(a)	Saldos em 31.12.2017
EM SERVIÇO					
Direito de uso da concessão	7.830.776	-	(17.247)	338.294	8.151.823
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(513.288)	-	-	(109.243)	(622.531)
	7.317.488	-	(17.247)	229.051	7.529.292
Outros	776.955	-	(443)	84.175	860.687
Obrigações Especiais - Outros	(82.486)	-	-	-	(82.486)
	694.469	-	(443)	84.175	778.201
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO	8.011.957	-	(17.690)	313.226	8.307.493
(-) Amortização					
Direito de uso da concessão	(4.311.292)	(411.071)	12.446	-	(4.709.917)
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	91.963	51.341	-	-	143.304
	(4.219.329)	(359.730)	12.446	-	(4.566.613)
Outros	(591.127)	(70.981)	443	-	(661.665)
Obrigações Especiais - Outros	7.703	3.167	-	-	10.870
	(583.424)	(67.814)	443	-	(650.795)
TOTAL DO INTANGÍVEL EM SERVIÇO/AMORTIZAÇÃO	(4.802.753)	(427.544)	12.889	-	(5.217.408)
EM CURSO					
Direito de uso da concessão	549.290	596.841	(16.347)	(816.266)	313.518
Obrigações Especiais - Direito de uso da concessão	(296.847)	(105.508)	-	307.034	(95.321)
	252.443	491.333	(16.347)	(509.232)	218.197
Outros	274.837	77.125	(9.940)	(76.737)	265.285
	274.837	77.125	(9.940)	(76.737)	265.285
TOTAL DO INTANGÍVEL EM CURSO	527.280	568.458	(26.287)	(585.969)	483.482
TOTAL DO INTANGÍVEL	3.736.484	140.914	(31.088)	(272.743)	3.573.567

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, conforme IFRIC 12 / ICPC 01, vide nota explicativa 11.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve refletir a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou o término da concessão, o que ocorrer antes. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear já que o regulador utiliza estas vidas úteis estimadas como base para determinação da tarifa a ser cobrada pela prestação dos serviços objetos das concessões, conforme contratos de concessão.

17. FORNECEDORES

	31.12.2018	31.12.2017
Comercialização no mercado de curto prazo	1.059.624	712.363
Encargos de uso da rede elétrica	79.983	97.089
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	104.811	98.481
Leilões de energia	280.577	371.982
Itaipu binacional	228.107	414.615
UTE Norte Fluminense	142.970	123.042
Materiais e serviços	223.588	204.935
TOTAL	2.119.660	2.022.507

^(a) A energia livre refere-se a valores a pagar a geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela SELIC.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Light Energia possuía um saldo em aberto de R\$950.877 (R\$537.440 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica comercialização no mercado de curto prazo referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1 (vide nota explicativa 35). Conforme mencionado na nota explicativa 07, a Companhia apresenta um saldo a receber de R\$435.505 (R\$135.869 em 31 de dezembro de 2017), resultando em um passivo líquido, em 31 de dezembro de 2018, de R\$515.372 (passivo líquido de R\$401.571, em 31 de dezembro de 2017).

18. TRIBUTOS A PAGAR

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	338.911	304.553	643.464	204.137	224.489	428.626
ICMS a pagar ^(a)	213.558	179.266	392.824	54.392	79.014	133.406
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.855	125.287	149.142	28.537	145.475	174.012
PIS e COFINS a pagar	84.650	-	84.650	105.013	-	105.013
INSS	3.735	-	3.735	1.727	-	1.727
Outros	13.113	-	13.113	14.468	-	14.468
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.937	-	13.937	62.624	-	62.624
IRRF a pagar	1.204	-	1.204	973	-	973
Provisão de IRPJ / CSLL	12.733	-	12.733	61.651	-	61.651
TOTAL	352.848	304.553	657.401	266.761	224.489	491.250

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Consolidado								
Financiador	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2018	31.12.2017
TN - Par Bond	Light SESA	-	1.948	1.948	150.805	150.805	152.753	130.123
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	-	-	-	(130.225)	(130.225)	(130.225)	(99.537)
TN - Discount Bond	Light SESA	-	791	791	105.227	105.227	106.018	90.096
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	-	-	-	(90.999)	(90.999)	(90.999)	(69.714)
4131 Citibank 2017	Light SESA	-	-	-	-	-	-	664.975
4131 Citibank 2018	Light SESA	271.236	5.106	276.342	464.977	464.977	741.319	-
4131 China Construction Bank	Light SESA	-	-	-	-	-	-	86.217
Bonds	Light SESA	-	17.792	17.792	1.549.920	1.549.920	1.567.712	-
4131 Citibank 2017	Light Energia	-	-	-	-	-	-	132.995
4131 Citibank 2018	Light Energia	77.496	554	78.050	-	-	78.050	-
4131 Itaú 2016	Light Energia	-	-	-	-	-	-	43.371
Bonds	Light Energia	-	8.740	8.740	774.960	774.960	783.700	-
Subtotal - Moeda estrangeira		348.732	34.931	383.663	2.824.665	2.824.665	3.208.328	978.526
Custo de captação		(8.408)	-	(8.408)	(28.726)	(28.726)	(37.134)	-
Custo fee de covenants		(398)	-	(398)	-	-	(398)	-
Custos - Moeda estrangeira		(8.806)	-	(8.806)	(28.726)	(28.726)	(37.532)	-
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL		339.926	34.931	374.857	2.795.939	2.795.939	3.170.796	978.526
Eletrobras - Reluz	Light SESA	787	-	787	-	-	787	2.080
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	15.000	21	15.021	-	-	15.021	105.156
CCB - CEF 2016	Light SESA	-	-	-	-	-	-	25.153
CCB Bradesco 2016	Light SESA	59.919	854	60.773	-	-	60.773	121.511
CCB - IBM 2017	Light SESA	35.947	510	36.457	4.043	4.043	40.500	56.631
Leasing IBM	Light SESA	1.551	-	1.551	47	47	1.598	2.956
CCB - Santander 2017	Light SESA	-	-	-	-	-	-	61.080
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	9.295	16	9.311	-	-	9.311	21.581
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	307	1	308	-	-	308	1.525
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	9.063	27	9.090	-	-	9.090	45.135
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	10.897	34	10.931	-	-	10.931	54.282
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	10.897	37	10.934	-	-	10.934	54.296
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	1	-	1	-	-	1	5
BNDES - Capex 2011/12 Sub 18	Light SESA	1	-	1	-	-	1	5
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	33.133	244	33.377	41.416	41.416	74.793	107.295
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	20.791	46	20.837	25.988	25.988	46.825	63.820
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	13.936	177	14.113	65.035	65.035	79.148	93.145
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	678	5	683	847	847	1.530	2.194
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	426	1	427	533	533	960	1.308
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub A	Light SESA	33.505	509	34.014	108.890	108.890	142.904	175.412
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub B	Light SESA	37.978	231	38.209	123.429	123.429	161.638	187.605
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub C	Light SESA	14.164	215	14.379	46.033	46.033	60.412	74.154
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	4.137	28	4.165	4.137	4.137	8.302	12.366
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	4.137	28	4.165	4.137	4.137	8.302	12.371
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	3.195	21	3.216	3.195	3.195	6.411	9.630
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	2.412	23	2.435	4.824	4.824	7.259	9.620
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	2.425	26	2.451	4.849	4.849	7.300	9.673
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	1.874	18	1.892	3.749	3.749	5.641	7.536
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	1.607	11	1.618	6.428	6.428	8.046	9.657
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	446	1	447	892	892	1.339	-
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	23.193	138	23.331	56.049	56.049	79.380	102.613
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	-	-	-	-	-	-	100.836
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	86.000	9.237	95.237	-	-	95.237	400.722
FIDC 2018 Série A	Light SESA	80.589	2.645	83.234	919.411	919.411	1.002.645	-
FIDC 2018 Série B	Light SESA	40.960	819	41.779	368.643	368.643	410.422	-
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	578	1	579	-	-	579	1.343
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	-	-	-	-	-	-	1.126
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	-	-	-	-	-	-	671
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	1.873	44	1.917	11.397	11.397	13.314	15.093
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	1.979	47	2.026	12.040	12.040	14.066	15.945
Nota Promissória - 2ª NP	Light Energia	-	-	-	-	-	-	32.978
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	25.000	3.632	28.632	-	-	28.632	104.448
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	100.000	7.537	107.537	-	-	107.537	-
BNDES PROESCO	Light Esco	-	-	-	-	-	-	41.920
BNDES Conecta	Light Conecta	2.579	10	2.589	1.068	1.068	3.657	-
Fianças bancárias diversas		-	55	55	-	-	55	(115)
Cotas Subordinadas FIDC	Light SESA	(35.104)	-	(35.104)	-	-	(35.104)	-
Retenção FIDC	Light SESA	(9.193)	-	(9.193)	-	-	(9.193)	-
Subtotal - Moeda nacional		646.963	27.249	674.212	1.817.080	1.817.080	2.491.292	2.144.762
Custo de captação		(7.810)	-	(7.810)	(31.133)	(31.133)	(38.943)	(4.426)
Custo fee de covenants		(175)	-	(175)	-	-	(175)	(3.207)
Custos - Moeda nacional		(7.985)	-	(7.985)	(31.133)	(31.133)	(39.118)	(7.633)
MOEDA NACIONAL - TOTAL		638.978	27.249	666.227	1.785.947	1.785.947	2.452.174	2.137.129
TOTAL		978.904	62.180	1.041.084	4.581.886	4.581.886	5.622.970	3.115.655

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2018:

Financiador	Controlada	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. (a)	Taxa efetiva (a)	Amortização do principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
TN - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	69,80% do CDI	4,47%	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	69,80% do CDI	4,47%	Abr/2024	Única	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	29.04.1996	US\$	U\$ Treasury	-	Abr/2024	Única	Abr/2024
4131 Citibank 2017	Light SESA	01.02.2017	US\$	CDI + 3,50%	N/A	Fev/2018	Única	Fev/2018
4131 Citibank 2018	Light SESA	01.02.2018	US\$	CDI + 3,50%	10,12%	Mai/2018	Semestral	Ago/2021
4131 China Construction Bank Bonds	Light SESA	30.09.2016	US\$	CDI + 4,50%	N/A	Set/2017	Anual	Set/2019
4131 Citibank 2017	Light SESA	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	9,14%	Mai/2023	Única	Mai/2023
4131 Citibank 2017	Light Energia	03.02.2017	US\$	CDI + 3,50%	N/A	Nov/2017	Trimestral	Fev/2018
4131 Citibank 2018	Light Energia	01.02.2018	US\$	CDI + 3,50%	10,12%	Mar/2018	Semestral	Ago/2019
4131 Itaú 2016	Light Energia	09.12.2016	US\$	CDI + 4,10%	N/A	Mar/2017	Trimestral	Jun/2018
Bonds	Light Energia	03.05.2018	US\$	143,01% do CDI	9,15%	Mai/2023	Única	Mai/2023
Eletrobras - Reluz	Light SESA	22.03.2010	R\$	5,00%	5,00%	Set/2014	Mensal	Ago/2019
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	21.02.2017	R\$	140% do CDI	8,96%	Ago/2017	Bimestral	Fev/2019
CCB - CEF 2016	Light SESA	10.06.2016	R\$	CDI + 4,05%	N/A	Set/2016	Trimestral	Jun/2018
CCB Bradesco 2016	Light SESA	16.11.2016	R\$	CDI + 3,50%	10,12%	Fev/2017	Trimestral	Nov/2019
CCB - IBM 2017 (b)	Light SESA	10.01.2017	R\$	CDI + 3,84%	10,49%	Jan/2017	Trimestral	Mai/2020
Leasing IBM	Light SESA	10.11.2016	R\$	CDI	6,40%	Fev/2017	Mensal	Fev/2020
CCB - Santander 2017	Light SESA	01.02.2017	R\$	CDI + 4,50%	11,19%	Mai/2017	Trimestral	Ago/2018
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light SESA	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	Mai/2011	Mensal	Set/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP	6,98%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 1,81%	8,79%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 2,21%	9,19%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 3,21%	10,19%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 17	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 2,21%	9,19%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2011/14 Sub 18	Light SESA	06.12.2011	R\$	TJLP + 3,21%	10,19%	Abr/2013	Mensal	Mar/2019
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	9,76%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	9,36%	Mar/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	Light SESA	28.11.2014	R\$	6,00%	6,00%	Abr/2015	Mensal	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	9,76%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	9,36%	Abr/2015	Mensal	Mar/2021
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub A	Light SESA	26.12.2016	R\$	TJLP + 3,74%	10,72%	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub B	Light SESA	26.12.2016	R\$	SELIC + 4,08%	10,74%	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - CAPEX 2015/16 Sub C	Light SESA	26.12.2016	R\$	TJLP + 3,74%	10,72%	Abr/2017	Mensal	Mar/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	9,56%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	10,56%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	9,15%	Jan/2015	Mensal	Dez/2020
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	9,56%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	10,56%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	9,15%	Jan/2016	Mensal	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	Light SESA	16.12.2013	R\$	3,50%	3,50%	Jan/2016	Mensal	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	16.12.2013	R\$	TJLP	6,98%	Jan/2019	Mensal	Dez/2021
FINEP - Inovação e Pesquisa	Light SESA	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mai/2016	Mensal	Mai/2022
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	30.12.2014	R\$	CDI + 6,30%	N/A	Mai/2018	Única	Mai/2018
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	21.12.2017	R\$	CDI + 3,50%	10,12%	Jan/2019	Única	Jan/2019
FIDC 2018 Série A	Light SESA	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	7,68%	Jul/2019	Mensal	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	Light SESA	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	9,71%	Jul/2019	Mensal	Jun/2024
BNDES - Capex 2009/10 Sub C	Light Energia	30.11.2009	R\$	4,50%	4,50%	Mai/2011	Mensal	Set/2019
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light Energia	10.04.2012	R\$	TJLP + 1,81%	N/A	Abr/2013	Mensal	Mar/2018
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light Energia	10.04.2012	R\$	TJLP + 1,81%	N/A	Abr/2013	Mensal	Mar/2018
BNDES - Projeto Lajes - SUB A	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	9,93%	Fev/2017	Mensal	Jan/2026
BNDES - Projeto Lajes - SUB B	Light Energia	28.09.2016	R\$	TJLP + 2,95%	9,93%	Abr/2017	Mensal	Jan/2026
Nota Promissória - 2ª NP	Light Energia	02.02.2017	R\$	CDI + 4,50%	N/A	Ago/2017	Trimestral	Jul/2018
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	17.08.2017	R\$	CDI + 3,50%	10,12%	Mai/2018	Trimestral	Fev / 2019
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	23.03.2018	R\$	CDI + 3,50%	10,12%	Mar/2019	Única	Mar/2019
BNDES PROESCO	Light Esco	16.09.2008	R\$	TJLP + 0,53%	N/A	Mai/2014	Mensal	Nov/2024
BNDES Conecta (b)	Light Conecta	10.10.2018	R\$	TJLP + 0,53%	7,51%	Out/2018	Mensal	Out/2023

(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

(b) Para essas dívidas foi considerado o custo médio das *tranches* de cada operação.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram:

- No primeiro trimestre de 2018, foram realizadas liberações do contrato da controlada Light SESA com o Banco IBM que totalizaram R\$20.048. As operações têm amortizações trimestrais, com vencimentos ao longo de 2020 e taxa de CDI + 3,9% a.a. Em 26 de abril de 2018 foi realizado o 5º aditamento desta linha de crédito alterando a taxa de juros de CDI + 3,9% para CDI + 2,97%. Após o aditamento, foram realizadas liberações que totalizaram R\$5.688.
- Em 01 de fevereiro de 2018, foi realizada a rolagem das dívidas da Light SESA e Light Energia com o Citibank. A rolagem da Light SESA foi no valor de R\$632.000, com vencimento em 02 de agosto de 2021, e, da Light Energia, de R\$94.800, com vencimento em 01 de agosto de 2019. Ambas operações foram realizadas por meio de operação 4131 com *swap* vinculado ao custo de CDI + 3,5% a.a.
- Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$150.000 da controlada Light SESA com o Banco do Brasil, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tinha vencimento em 07 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.
- Em 08 de fevereiro de 2018, foi realizada a captação de R\$117.000 da controlada Light SESA com o Banco Santander, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário. A operação tinha vencimento em 08 de agosto de 2018 e taxa de CDI + 3,5% a.a.
- Em 28 de março de 2018, foi emitida a 4ª Nota Promissória da controlada Light Energia no valor de R\$100.000 com a coordenação do Banco BBM. A operação tem prazo de um ano e taxa de CDI + 3,5% a.a.
- Em 03 de maio de 2018, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de notes units, consistentes de senior notes emitidas pelas controladas Light SESA e Light Energia, com garantia fidejussória da Light (“Notes Units”). As Notes Units foram emitidas no mercado internacional no valor total de USD 600.000, consistindo de: (i) senior notes no valor de USD 400.000 de emissão da Light SESA; e (ii) senior notes no valor de USD 200.000 de emissão da Light Energia.

As Notes Units têm vencimento em 03 de maio de 2023 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 7,25% ao ano. A Companhia contratou hedge para todo o fluxo da operação, na modalidade full swap, com custo médio de 142,86% do CDI. Os recursos obtidos com a emissão das Notes Units foram utilizados pelas controladas para: (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo; (ii) estender o vencimento de empréstimos e financiamentos; e (iii) reforço de sua liquidez.

- Em 03 de maio de 2018, a controlada Light SESA quitou as seguintes dívidas: (i) dívida com o Banco do Brasil referente a operação de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$150.000; (ii) dívida com o Banco Santander referente a operação de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$117.000; e (iii) dívida com a Caixa Econômica Federal referente a operação de Conta Garantida no montante de R\$100.000.
- Em 08 de maio de 2018, a controlada Light SESA quitou a dívida adquirida junto a controlada Light Energia referente ao contrato de mútuo no montante de R\$121.071.
- Em 04 de junho de 2018, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) que é garantido pelos recebíveis da controlada Light SESA. O FIDC foi dividido em duas séries: (i) 1ª série, de R\$1.000.000 com taxa de CDI + 1,20% a.a. e; (ii) 2ª série, de R\$400.000 com taxa de IPCA + 5,75% a.a. A dívida tem prazo de 6 anos, sendo um ano de carência com sessenta parcelas mensais e tem como principal objetivo a rolagem das dívidas vincendas.

Após a Operação foi realizada a Emissão das Cotas Subordinadas do FIDC no montante de R\$35.104. As Cotas Subordinadas não foram objeto de distribuição pública e foram integralizadas exclusivamente pela controlada Light SESA com o objetivo de atender às condições precedentes para integralização de Cotas Seniores do FIDC (atendimento à relação mínima de 102,5% e composição das reservas iniciais do FIDC), e com isto viabilizar a emissão de Cotas Seniores e consequentemente a cessão de direitos creditórios da Light SESA para o FIDC. O regulamento do FIDC especifica que a obrigação de integralização de Cotas Subordinadas pela Cedente restringe-se à (i) integralização para atendimento das condições precedentes para a integralização de Cotas Seniores e (ii) situações de patrimônio líquido do FIDC ou inexistência de recursos para a adoção e manutenção dos procedimentos necessários à cobrança dos direitos creditórios e dos ativos financeiros do FIDC. As Cotas Subordinadas permitem amortizações intermediárias, em casos de excesso de subordinação no FIDC, porém seu resgate somente poderá ser realizado após o resgate integral das Cotas Seniores, agendado para junho de 2024.

- Em 05 de junho de 2018, a controlada Light Energia amortizou a última parcela, no montante de R\$24.467, referente a Operação 4131 com o Banco Itaú.
- Em 11 de junho de 2018, a controlada Light SESA amortizou a última parcela, no montante de R\$12.500, referente a Cédula de Crédito Bancário com a Caixa Econômica Federal.
- Em 18 de junho de 2018, a controlada Light SESA realizou a amortização parcial da 4ª Emissão de Notas Promissórias no montante de R\$314.000.
- Em 31 de julho de 2018, a controlada Light Energia amortizou a última parcela, no montante de R\$9.900, referente a 2ª Nota Promissória.
- Em 01 de agosto de 2018, a controlada Light SESA amortizou a última parcela, no montante de R\$20.000, referente a Cédula de Crédito Bancário com o Banco Santander.

- Em 09 de novembro de 2018, a controlada Light SESA antecipou a amortização das últimas parcelas do contrato referentes a Operação 4131 com o China Construction Bank, no montante de R\$47.863.
- Em 26 de dezembro de 2018, a controlada Light SESA recebeu R\$1.338 referente ao subcrédito social do contrato de Financiamento BNDES - Capex 2013/16.

Além das cauções, os empréstimos estão garantidos por (i) avais da Light S.A.; e (ii) recebíveis das controladas Light SESA e Light Energia, no montante de R\$503.315 (R\$957.223 em 31 de dezembro de 2017), dados em garantia para as operações junto ao BNDES. Ainda, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da controlada Light SESA, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2018, a Light S.A tem avais, fianças ou garantias corporativas, emitidas em favor de suas controladas ou controladas em conjunto, no montante de R\$9.620.276 (R\$7.384.765 em 31 de dezembro de 2017).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2020	461.316	271.236	732.552
2021	420.606	193.740	614.346
2022	404.422	-	404.422
2023	350.518	2.324.880	2.675.398
2024	176.044	34.809	210.853
Após 2024	4.174	-	4.174
TOTAL	1.817.080	2.824.665	4.641.745

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	31.12.2018	31.12.2017
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	17,1%	1,5%
IGP-M	7,5%	-0,5%
IPCA	3,9%	2,9%
Taxa no fim do exercício		
SELIC	6,4%	7,4%
CDI	6,4%	9,9%
TJLP	7,0%	7,0%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2017	3.404.874	33.865	3.438.739
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.794.467	-	1.794.467
Variação monetária e cambial	52.852	-	52.852
Encargos financeiros provisionados	-	227.798	227.798
Encargos financeiros pagos	-	(250.822)	(250.822)
Amortização de financiamentos	(2.159.685)	-	(2.159.685)
Custo de captação	(6.087)	-	(6.087)
Amortização do custo de captação	7.235	-	7.235
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	11.158	11.158
SALDO EM 31.12.2017	3.093.656	21.999	3.115.655
Empréstimos e financiamentos obtidos	3.970.304	-	3.970.304
Variação monetária e cambial	378.401	-	378.401
Encargos financeiros provisionados	-	328.890	328.890
Encargos financeiros pagos	-	(307.950)	(307.950)
Amortização de financiamentos	(1.740.536)	-	(1.740.536)
Custo de captação	(89.000)	-	(89.000)
Amortização do custo de captação	19.983	-	19.983
Cotas Subordinadas e Retenção - FIDC	(44.297)	-	(44.297)
Encargos capitalizados ao Intangível/ Imobilizado	-	19.298	19.298
Baixa por venda de participação (Light Esco)	(27.721)	(57)	(27.778)
SALDO EM 31.12.2018	5.560.790	62.180	5.622.970

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Financiador	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 01.01.2017	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2017	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2018
BNDES - Capex	Light SESA	1.878	345	-	(345)	-	-	-	-
4131 Bank BNP 2015	Light SESA	850	573	-	(573)	-	-	-	-
4131 Itaú 2014	Light SESA	817	196	-	(196)	-	-	-	-
CCB Bradesco	Light SESA	1.201	311	-	(311)	-	-	-	-
CCB - CEF 2016	Light SESA	2.300	2.300	-	(2.300)	-	-	-	-
4131 Citibank 2014	Light SESA	4.452	2.821	-	(1.585)	1.236	-	(838)	398
Nota Promissória - 4ª NP	Light SESA	4.427	-	4.427	-	4.427	-	(4.087)	340
CCB - Santander 2018	Light SESA	1.251	-	-	-	-	1.251	(1.251)	-
Conta Garantida - CEF 2015	Light SESA	1.000	-	-	-	-	1.000	(294)	706
CCB Banco do Brasil 2018	Light SESA	1.500	-	-	-	-	1.500	(1.500)	-
FIDC 2018	Light SESA	41.032	-	-	-	-	41.032	(3.412)	37.620
Bonds	Light SESA	27.846	-	-	-	-	27.846	(3.159)	24.687
BNDES - Capex	Light Energia	44	7	-	(7)	-	-	-	-
4131 Bank BNP 2014	Light Energia	1.748	45	-	(45)	-	-	-	-
4131 Citibank 2012	Light Energia	3.339	2.183	-	(1.436)	747	-	(747)	-
Nota Promissória - 3ª NP	Light Energia	2.887	-	1.660	(437)	1.223	1.227	(2.275)	175
Nota Promissória - 4ª NP	Light Energia	1.107	-	-	-	-	1.107	(830)	277
Bonds	Light Energia	14.037	-	-	-	-	14.037	(1.590)	12.447
TOTAL		111.716	8.781	6.087	(7.235)	7.633	89.000	(19.983)	76.650

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa 35.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. As cédulas de crédito bancário do Bradesco e Banco do Brasil, a 3ª e 4ª Emissão de Notas Promissórias, bem como os empréstimos com o Citibank, BNDES e o FIDC preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente, exceto para os Bonds.

Os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida, e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia ultrapassou o limite de 3,50 vezes do indicador dívida líquida/EBITDA, sendo obrigada a respeitar os limites de franquia para novas dívidas até reenquadrar o indicador.

20. DEBÊNTURES

Consolidado								
Emissão	Controlada	Circulante			Não circulante		Total	Total
		Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2018	31.12.2017
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	39.150	1.655	40.805	274.199	274.199	315.004	354.498
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	250.000	7.131	257.131	500.000	500.000	757.131	1.009.617
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	-	5.485	5.485	822.702	822.702	828.187	797.832
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	249.975	4.836	254.811	250.050	250.050	504.861	758.100
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	-	-	-	-	-	-	43.954
Debêntures 12ª Emissão Série 1	Light SESA	49.695	1.049	50.744	-	-	50.744	210.352
Debêntures 12ª Emissão Série 2	Light SESA	-	7.126	7.126	147.889	147.889	155.015	156.643
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	-	2.329	2.329	56.117	56.117	58.446	55.716
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	-	7.350	7.350	478.940	478.940	486.290	464.558
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	163.461	-	163.461	261.539	261.539	425.000	-
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	-	6.406	6.406	539.980	539.980	546.386	-
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	-	2.412	2.412	160.000	160.000	162.412	-
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	106.250	2.835	109.085	-	-	109.085	219.145
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	2.499	106	2.605	17.502	17.502	20.107	22.628
Debêntures 5ª Emissão	Light Energia	-	-	-	-	-	-	154.319
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	66.667	670	67.337	-	-	67.337	100.853
Subtotal - Debêntures		927.697	49.390	977.087	3.508.918	3.508.918	4.486.005	4.348.215
Custo de captação		(15.655)	-	(15.655)	(48.026)	(48.026)	(63.681)	(29.572)
Custo fee de covenants		(6.480)	-	(6.480)	(10.353)	(10.353)	(16.833)	(23.729)
Custos - Debêntures		(22.135)	-	(22.135)	(58.379)	(58.379)	(80.514)	(53.301)
TOTAL		905.562	49.390	954.952	3.450.539	3.450.539	4.405.491	4.294.914

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 2018:

Emissão	Controlada	Data de Assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Início	Forma de pagamento	Término
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	7,66%	Jun/2015	Anual	Jun/2026
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	15.06.2013	R\$	CDI + 1,15%	7,62%	Mar/2018	Anual	Mai/2021
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	9,70%	Mai/2020	Anual	Mai/2023
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	30.04.2014	R\$	115% CDI	7,36%	Mai/2018	Anual	Mai/2020
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	10.06.2016	R\$	CDI + 4,05%	N/A	Set/2016	Trimestral	Jun/2018
Debêntures 12ª Emissão Série 1	Light SESA	07.07.2017	R\$	CDI + 4,00%	10,66%	Abr/2018	Trimestral	Jan/2019
Debêntures 12ª Emissão Série 2	Light SESA	07.07.2017	R\$	CDI + 4,20%	10,87%	Jul/2020	Única	Jul/2020
Debêntures 12ª Emissão Série 3	Light SESA	07.07.2017	R\$	IPCA + 9,09%	13,18%	Jul/2020	Única	Jul/2020
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	11,46%	Out/2022	Única	Out/2022
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	26.03.2018	R\$	CDI + 3,50%	10,12%	Mar/2019	Bimestral	Mar/2021
Debêntures 15ª Emissão Série 1	Light SESA	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	10,83%	Out/2024	Anual	Out/2025
Debêntures 15ª Emissão Série 2	Light SESA	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	8,74%	Out/2021	Anual	Out/2022
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	29.12.2011	R\$	CDI + 1,18%	7,66%	Ago/2016	Anual	Ago/2019
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	7,66%	Jun/2015	Anual	Jun/2026
Debêntures 5ª Emissão	Light Energia	20.04.2017	R\$	CDI + 4,10%	N/A	Mai/2017	Trimestral	Out/2018
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	30.11.2017	R\$	CDI + 3,50%	10,12%	Ago/2018	Trimestral	Nov/2019

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram:

Em 26 de março de 2018, ocorreu a 14ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R\$425.000 com o Banco do Brasil, sendo que nesta data foi recebido o montante de R\$325.000 e o montante de R\$100.000 foi recebido em maio de 2018. A dívida tem o custo de CDI + 3,5% a.a. e vigência de três anos, sendo um ano de carência com amortizações bimestrais. Os recursos obtidos foram destinados integralmente para o pagamento de parcelas do principal de determinadas dívidas vincendas ao longo de 2018 com o próprio Banco do Brasil, todas obtidas para o reforço de capital de giro das operações ordinárias da Emissora.

Em 12 de junho de 2018, a controlada Light SESA quitou a dívida com o Banco Bradesco referente a operação da 11ª Emissão de Debêntures no montante de R\$21.875.

Em 01 de outubro de 2018, a controlada Light Energia quitou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$38.485.

Em 15 de outubro de 2018, ocorreu a 15ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R\$700.000, por meio de 2 séries. A 1ª série foi realizada por meio de debêntures incentivadas no montante de R\$540.000 ao custo de IPCA + 6,83% a.a. e vigência de 7 anos, sendo amortizações anuais no sexto e sétimo ano. A 2ª série de debêntures foi institucional, no montante de R\$160.000 ao custo de CDI + 2,20% a.a. e vigência de 4 anos, sendo amortizações anuais no terceiro e quarto ano.

As parcelas relativas ao principal das debêntures consolidados, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2018:

	Total
2020	1.147.586
2021	642.710
2022	806.266
2023	247.376
2024	311.640
Após 2024	353.340
TOTAL	3.508.918

Seguem abaixo as movimentações das debêntures consolidadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado		
	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 01.01.2017	3.268.533	236.487	3.505.020
Debêntures emitidas	1.162.070	-	1.162.070
Variação monetária	-	23.114	23.114
Encargos financeiros provisionados	-	365.005	365.005
Encargos financeiros pagos	-	(390.219)	(390.219)
Amortização de debêntures	(377.109)	-	(377.109)
Custo de emissão	(26.006)	-	(26.006)
Amortização custo de emissão	9.804	-	9.804
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	23.235	23.235
SALDO EM 31.12.2017	4.037.292	257.622	4.294.914
Debêntures emitidas	1.125.000	-	1.125.000
Variação monetária	22.363	30.154	52.517
Encargos financeiros provisionados	-	312.798	312.798
Encargos financeiros pagos	-	(333.198)	(333.198)
Amortização de debêntures	(1.024.043)	-	(1.024.043)
Custo de emissão	(50.678)	-	(50.678)
Amortização custo de emissão	23.465	-	23.465
Encargos capitalizados ao intangível/ imobilizado	-	4.716	4.716
Transferência entre encargos e principal	222.702	(222.702)	-
SALDO EM 31.12.2018	4.356.101	49.390	4.405.491

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Emissão	Controlada	Custo Total	Movimentação dos custos						
			Saldo a amortizar em 01.01.2017	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2017	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2018
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	3.461	3.061	-	(320)	2.741	-	(323)	2.418
Debêntures 9ª Emissão A	Light SESA	16.081	10.416	-	(2.033)	8.383	1.992	(2.512)	7.863
Debêntures 9ª Emissão B	Light SESA	11.191	8.180	-	(1.543)	6.637	1.199	(1.253)	6.583
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	13.954	8.873	-	(2.157)	6.716	1.506	(2.355)	5.867
Debêntures 11ª Emissão	Light SESA	4.601	2.702	-	(765)	1.937	-	(1.937)	-
Debêntures 12ª Emissão	Light SESA	5.888	-	4.427	(718)	3.709	1.461	(2.897)	2.273
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	23.653	-	19.939	(338)	19.601	3.714	(7.769)	15.546
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	5.626	-	-	-	-	5.626	(1.359)	4.267
Debêntures 15ª Emissão	Light SESA	34.896	-	-	-	-	34.896	(830)	34.066
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	8.150	3.581	-	(1.734)	1.847	284	(1.392)	739
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	352	286	-	(128)	158	-	(18)	140
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	1.640	-	1.640	(68)	1.572	-	(820)	752
TOTAL		129.493	37.099	26.006	(9.804)	53.301	50.678	(23.465)	80.514

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa 35.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados e quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

A Companhia possui processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista, cível e regulatória em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis e cujos valores são quantificáveis.

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para riscos e as provisões para honorários de êxito:

TOTAL PROVISÕES	31.12.2018			31.12.2017		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	143.789	574	144.363	123.712	561	124.273
Cíveis	165.360	74.766	240.126	167.783	69.236	237.019
Fiscais	53.411	29.387	82.798	53.056	26.578	79.634
Regulatórias	8.957	-	8.957	9.404	-	9.404
TOTAL	371.517	104.727	476.244	353.955	96.375	450.330

21.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão compostas da seguinte forma:

PROVISÕES PARA PERDAS PROVÁVEIS	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 01.01.2017	123.506	145.446	51.036	21.297	341.285
Adições	24.829	108.793	407	7.068	141.097
Atualizações	-	7.818	1.684	(3.489)	6.013
Baixas por pagamentos	(9.878)	(93.525)	(71)	(5.777)	(109.251)
Baixas por reversões	(14.745)	(749)	-	(9.695)	(25.189)
SALDO EM 31.12.2017	123.712	167.783	53.056	9.404	353.955
Adições	35.912	170.029	84	-	206.025
Atualizações	-	2.185	271	196	2.652
Baixas por pagamentos	(11.757)	(161.605)	-	-	(173.362)
Baixas por reversões	(4.078)	(13.032)	-	(643)	(17.753)
SALDO EM 31.12.2018	143.789	165.360	53.411	8.957	371.517
Depósitos Judiciais em 31.12.2018	25.612	4.722	5.622	-	35.956

Em 31 de dezembro de 2018, está registrado em Depósitos vinculados a litígios o total de R\$294.906 (R\$274.019 em 31 de dezembro de 2017), dos quais R\$35.956 (R\$35.666 em 31 de dezembro de 2017) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Consolidado	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhistas	63.395	64.506
Cíveis	130.744	117.834
Fiscais	100.767	91.679
TOTAL	294.906	274.019

Segue abaixo detalhamento das provisões para riscos:

21.2 Provisões trabalhistas

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2018	31.12.2017
Funcionários próprios	60.541	53.477
Funcionários terceirizados	83.248	70.235
TOTAL	143.789	123.712

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

21.3 Provisões cíveis

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2018	31.12.2017
Ações Cíveis ^(a)	110.120	125.328
Juizado Especial Cível ^(b)	27.007	14.036
Plano Cruzado ^(c)	28.233	28.419
TOTAL	165.360	167.783

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia e suas controladas são rés, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.
- (b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia - que representam aproximadamente 81,7% do estoque de processos; bem como um bloco para os demais motivos. Para os seis principais ofensores e o bloco de Demais Motivos é utilizada uma média ajustada - considerando 95% da amostra, ou seja, desconsiderando os 2,5% dos valores mais altos e mais baixos - do valor de condenação nos últimos 12 meses. No caso do bloco de acidentes é considerada a média do valor de condenação nos últimos 12 meses.

- (c) São ações movidas contra a controlada Light SESA relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da controlada Light SESA no período em que houve o congelamento dos preços.

21.4 Provisões fiscais

Consolidado	Valor provisionado (perda provável)	
	31.12.2018	31.12.2017
ICMS - Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
Outros	7.179	6.824
TOTAL	53.411	53.056

- (a) A Controlada Light SESA provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Light SESA de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito remonta atualmente a R\$599.090. Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a Light SESA apresentado apólice de seguro em garantia e, na sequência, oposto Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos da Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a Companhia. Aguarda-se o julgamento dos Recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.

21.5 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Auto de Infração nº 061/2017-SFE/ANEEL - O Auto de Infração foi recebido em 30 de outubro de 2017. A SFE/ANEEL promoveu fiscalização durante o período de 21 de novembro de 2016 a 25 de novembro de 2016 com o objetivo de verificar a prestação de serviço pela controlada Light SESA, satisfazendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, modernidade das técnicas, dos equipamentos e da instalação e a sua conservação, aplicando penalidade de multa no valor de R\$36.311, por cinco não conformidades identificadas. O recurso foi protocolado na ANEEL em 09 de novembro de 2017. A SFE/ANEEL analisou o recurso em 10 de janeiro de 2019 e, no momento, a Light aguarda a avaliação pela Diretoria da ANEEL. O montante atualmente provisionado pela Companhia é de R\$4.580 (R\$4.303 em 31 de dezembro de 2017), que é a melhor estimativa da Companhia para perda, e aguarda decisão da ANEEL.

21.6 Provisões de honorários de êxito

A Administração reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

PROVISÕES PARA HONORÁRIOS DE ÊXITO	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
SALDO EM 01.01.2017	354	51.273	24.962	76.589
Adições	381	28.222	3.028	31.631
Atualizações	-	1.237	1.538	2.775
Baixas por pagamentos	(47)	(10.534)	(2.103)	(12.684)
Baixas por reversões	(127)	(962)	(847)	(1.936)
SALDO EM 31.12.2017	561	69.236	26.578	96.375
Adições	96	30.046	4.341	34.483
Atualizações	-	1.820	1.196	3.016
Baixas por pagamentos	(79)	(15.175)	(2.450)	(17.704)
Baixas por reversões	(4)	(11.161)	(278)	(11.443)
SALDO EM 31.12.2018	574	74.766	29.387	104.727

22. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)
Cíveis	908.689	47.420	701.779	31.347
Trabalhistas	319.641	921	334.425	1.045
Fiscais	4.467.419	738	2.951.100	589
TOTAL	5.695.749	49.079	3.987.304	32.981

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais:

22.1 Cíveis

- Irregularidades - A controlada Light SESA possui diversas ações cíveis onde se discutem irregularidades, decorrentes de perdas comerciais (não técnicas) ocorridas em razão de alteração de medidores, furto de equipamentos, ligações irregulares e ligações clandestinas. As discussões, em sua grande maioria, pautam-se na comprovação da irregularidade e nos valores cobrados pela concessionária em razão da constatação da mesma. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$242.002 (R\$121.709 em 31 de dezembro de 2017).
- Valores cobrados e faturas - Diversas discussões judiciais tramitam atualmente onde se discutem os valores cobrados pela controlada Light SESA para a prestação do serviço, como valores de demanda, valores de consumo, encargos financeiros, taxas, seguros, entre outros. O montante, atualmente quantificável, para estas ações é de R\$104.488 (R\$87.665 em 31 de dezembro de 2017).
- Acidentes - A controlada Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço, pelas mais diversas causas. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$29.529 (R\$29.642 em 31 de dezembro de 2017).

- Interrupção e suspensão - A controlada Light SESA figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja em razão de inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores da suspensão. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$40.391 (R\$44.037 em 31 de dezembro de 2017).
- Equipamentos e redes - A controlada Light SESA possui discussões judiciais em razão dos medidores eletrônicos utilizados pela concessionária para aferir o consumo de energia. As discussões versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores, aprovação pelo órgão metrológico, entre outros e, também, discussões acerca de sua rede, em razão de extensão, remoção ou ainda participação financeira do cliente para instalação da rede. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R\$10.212 (R\$6.567 em 31 de dezembro de 2017).
- Em relação às discussões cíveis, ressaltamos as ações propostas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): no último trimestre de 2011, a CSN ajuizou ação pleiteando, aproximadamente, R\$100.000 a título de indenização em razão de interrupções ocorridas na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Destaca-se que, do valor total requerido, R\$88.700 são relativos somente à interrupção ocorrida em 10 de novembro de 2009, que atingiu 40% do território brasileiro e mais de 90% do território paraguaio, o que, por si só, demonstra que suas causas fogem ao âmbito de atuação da Light SESA, como distribuidora de energia elétrica. Ademais, o relatório do ONS concluiu que a origem e causa da referida interrupção foi de responsabilidade de Furnas. Assim, a exposição do risco para a Companhia é de R\$68.959 (R\$59.234 em 31 de dezembro de 2017).
- A controlada Light SESA também litiga em face da Companhia Siderúrgica Nacional numa ação rescisória movida pela CSN, através da qual a siderúrgica visa desconstituir o acórdão proferido nos autos da ação de repetição de indébito nº 1995.001.073862-2, cuja discussão era acerca da legalidade das Portarias nºs 38, de 27 de fevereiro de 1986, e 45, de 04 de março de 1986, editadas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, que promoveram o reajuste de tarifas de energia elétrica de determinada classe de unidade consumidora e que a Companhia saiu vencedora. A exposição do risco para a Companhia é de R\$204.666 (R\$182.576 em 31 de dezembro de 2017).

- A controlada Light SESA possui discussão judicial com a Valesul S.A. Trata-se de ação declaratória, movida pela Valesul, motivada pelo contrato de transporte de energia elétrica firmado em 1991, que visa o pagamento pela utilização do sistema de transporte de energia das PCHs da autora em Minas Gerais até a fábrica no Rio de Janeiro. As decisões de 1º e 2º grau foram favoráveis à Companhia. O Recurso Especial da Valesul havia sido inadmitido mas a Valesul reverteu a inadmissão em sede de Agravo. Já o Recurso Extraordinário foi julgado deserto e também é objeto de Agravo pela Valesul. Em 2014, em sede de execução provisória, após a Companhia apresentar Carta de Fiança, que foi substituída por Seguro Garantia, levantamos os valores que estavam depositados em juízo que somavam R\$84.350. Atualmente aguardamos o julgamento dos recursos da Valesul e, neste momento, a exposição de risco da Companhia é de R\$162.959 (R\$144.700 em 31 de dezembro de 2017).
- Duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo *Generation Scaling Factor* - GSF. A ação ordinária, movida pela controlada Light Energia, Lightger e Aliança Geração de Energia S.A, processo n.º38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física. Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Light Energia e a Lightger vem sendo devidamente provisionados na rubrica de fornecedores e/ou clientes, em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da liminar mencionada acima.

Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento Mandado de Segurança, processo n.º1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger a Light Energia e a Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator "*Generation Scaling Factor*" - GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que tanto a Light Energia quanto a Lightger não precisassem efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a ANEEL não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo n.º0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Light não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

22.2 Fiscais

- ICMS Perdas Comerciais - Autos de Infração de ICMS, FECF e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais na controlada Light SESA.

i) Processos Administrativos E-04/054.752/2011 (AI 03.326780-8) e E-04/054.751/2011 (AI 04.011949-7): Foi reconhecido pela fiscalização que as perdas foram integralmente incorporadas na tarifa durante o período da autuação, restando somente o percentual de 15,73%. Aguarda-se julgamento dos Recursos de Ofício pelo Conselho de Contribuintes. Houve o reconhecimento pela fiscalização das perdas incorporadas na tarifa. Aguarda-se julgamento dos Recursos acerca dos remanescentes. Em 25 de outubro de 2017, a 2ª Câmara do Conselho de Contribuintes da SEFAZ-RJ decidiu pelo desprovimento dos Recursos de Ofícios interpostos (51.725 e 51.490).

ii) Processos Administrativos E-04/055.040/2011 (AI 03.326784-0) e E-04/055.039/2011 (AI 04.028752-6): A Fiscalização reconheceu que as perdas incorporadas na tarifa devem ser excluídas da autuação. Foi dado parcial provimento ao Recurso Voluntário da Light SESA para reconhecer que as perdas incorporadas na tarifa devem ser excluídas da base de cálculo autuada. Em razão disso, já houve a redução em definitivo dessas autuações. O valor do débito envolvido passou de R\$1.507.960 para R\$290.498. A Light SESA recorreu ao Pleno do remanescente. Encerrada a esfera administrativa.

Ação Anulatória nº 0244617-63.2017.8.19.0001: Em 21 de setembro de 2018, foi concedida liminar para suspender a exigibilidade dos créditos tributários de ICMS e respectivo FECF, consubstanciados nos autos de infração nº 03.326784-0 e nº 04.028752-6.

iii) Processo Administrativo E-04/036.119/2014 (AI 03.380329-7): Aguarda-se intimação acerca do julgamento do Recurso ao Pleno interposto pela Light SESA.

Execução Fiscal nº 0030827-59.2018.8.19.0001 (E-04/036.120/2014 - AI 03.380330-5): Apresentada a Exceção de Pré-executividade ainda pendente de julgamento.

Mandado de Segurança nº 0020864-27.2018.8.19.0001 (E-04/036.120/2014 - AI 03.380330-5): Liminar deferida a qual, após interposição de agravo e posteriores movimentações, continua em vigor.

O montante, atualmente quantificável, destes Autos de Infração é de R\$528.000 (R\$742.300 em 31 de dezembro de 2017).

- LIR/LOI - IRPJ/CSLL - (Processos 16682.720216/2010-83, 15374-001.757/2008-13, e 16682.720203/2014-38) - A controlada Light SESA possuía Mandado de Segurança em que se discutia, especialmente, a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros, e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial (conceito mais amplo que inclui variações cambiais e previsto na IN 213/02). Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do mandado de segurança que, em razão deste fato, transitou em julgado com decisão desfavorável à Companhia. Diante disto, alterou-se o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial, em consonância com o que fora decidido no Mandado de Segurança. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2008 passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, na qual apresentamos apólice de seguro garantia para garantia do juízo e opusemos Embargos à Execução, que aguarda julgamento. Para 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia. Impetramos Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obtivemos liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para 2006 a 2008, foi dado provimento ao Recurso Voluntário da Companhia. A Fazenda interpôs Recurso Especial que teve provimento negado (encerramento favorável). Em abril de 2014, a Companhia foi autuada com relação ao ano de 2009, tendo apresentado impugnação, a qual foi julgada improcedente. Interposto Recurso Voluntário. Proferido acórdão, por maioria, dando provimento parcial ao recurso voluntário para excluir a penalidade e os juros de mora. Aguardando julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia. O prognóstico de perda é considerado possível pelos assessores jurídicos e montante, atualmente quantificável, é de R\$400.500 (R\$660.800 em 31 de dezembro de 2017).
- IN 86 - 2003 a 2005 (Processo 10707000751/2007-15) - Auto de infração lavrado para cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O processo administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à controlada Light SESA, que impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição em Dívida Ativa da União do débito objeto desta cobrança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da Companhia. A União interpôs Recurso de Apelação que aguarda julgamento. O montante, atualmente quantificável, é de R\$406.000 (R\$396.900 em 31 de dezembro de 2017).
- ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”
 - i) Ação Anulatória nº 0354511-42.2015.8.19.0001 (AI 03.326783-2): Proferida decisão deferindo a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do crédito. Foi proferida sentença desfavorável nos autos, o que ensejou a interposição de recurso de apelação pela controlada Light SESA (pendente de julgamento).

Execução Fiscal nº 0057266-78.2016.8.19.0001 (AI 03.326783-2): Ajuizada para cobrar o débito objeto da Ação Anulatória 0354511-42.2015.8.19.0001. Apresentada Exceção de Pré executividade requerendo a extinção da Execução Fiscal, tendo em vista que o débito em questão se encontra com a exigibilidade suspensa por força da antecipação de tutela concedida na Ação Anulatória, razão pela qual esta Execução Fiscal não poderia ter sido ajuizada. Foi proferida sentença de extinção da execução fiscal após manifestação da Procuradoria pelo cancelamento do débito. Apelação pendente de distribuição.

Execução Fiscal nº 0030842-28.2018.8.19.0001 (AI 03.326783-2): Apresentada Exceção de Pré executividade requerendo a extinção da Execução Fiscal.

ii) Ação Anulatória nº 0342346-60.2015.8.19.0001 (AI 03.170374-7): Proferida decisão deferindo a antecipação da tutela para suspender a exigibilidade do crédito. Aguarda-se prolação de sentença.

iii) Ação Anulatória nº 0031148-65.2016.8.19.0001 (AI 03.380332-1 e 03.380331-3): Proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela. Apresentado seguro para garantia do juízo, no valor atualizado de R\$28.039, o qual foi aceito. Sentença desfavorável, decisão contra a qual a Companhia interpôs recurso de apelação ainda pendente de julgamento.

Execução Fiscal nº 0030787-77.2018.8.19.0001 (AI 03.380332-1): Aguarda-se citação da Empresa.

Execução Fiscal nº 0030786-92.2018.8.19.0001 (AI 03.380331-3): Ajuizada para cobrar o débito objeto da Ação 0031148-65.2016.8.19.0001. Aguarda-se citação da Empresa.

iv) E-04/036.33/2018 (Auto de infração nº 03.536116-1): Decisão desfavorável em 1ª instância administrativa. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário da Empresa.

O montante, atualmente quantificável, em todos esses processos é de R\$280.000 (R\$196.500 em 31 de dezembro de 2017).

- Despachos Decisórios (83 processos) proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela controlada Light SESA, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A controlada Light SESA apresentou Manifestações de Inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em alguns casos já houve transito em julgado favorável a controlada Light SESA e em outros casos houve decisões desfavoráveis, contra as quais recorreremos. O montante, atualmente quantificável, é de R\$331.290 (R\$323.300 em 31 de dezembro de 2017).

- TFGE - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização Ambiental das Atividades de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica de Origem Hidráulica, Térmica e Termo Nuclear. A referida taxa foi instituída pela Lei 7.184/15 do Estado do Rio de Janeiro. A controlada Light SESA, então, impetrou Mandado de Segurança preventivo com pedido de liminar para não ter que recolher esta taxa. Deferida liminar. Foi proferida sentença favorável. O montante, atualmente quantificável, é de R\$42.600 (R\$25.900 em 31 de dezembro de 2017).
- Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos) - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela Light SESA com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA. Apresentadas Manifestações de Inconformidade ainda pendentes de julgamento. O montante atualmente quantificável, é de R\$254.100 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017).
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Perdas Não Técnicas - dois Autos objeto de um processo administrativo lavrados pela Fiscalização, contra a controlada Light SESA, por entender que os créditos de PIS e COFINS referentes aos valores de perdas não técnicas do ano de 2014 deveriam ser estornados, nos termos do artigo 3º, §13, da Lei nº 10.833/03 e da Solução de Consulta COSIT nº 3/2017 (“SC 3/2017”) e dois Autos objeto de um processo administrativo lavrados pela Fiscalização por entender que os valores de perdas não técnicas do período de 2013 e de 2014 deveriam ter sido adicionados ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real e cálculo do IRPJ e da CSLL. O montante, atualmente quantificável, é de R\$1.716.666 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017)

22.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial e reflexos, horas extras e reflexos, acidente de trabalho, diferença de adicional de periculosidade e dano moral.

Destacamos abaixo cada um destes pedidos:

- Equiparação salarial e reflexos - com este pedido os reclamantes pretendem receber diferenças salariais alegando que exercem ou exerceram atividades idênticas a outro empregado ou ex-empregado, com a mesma produtividade e perfeição técnica, e que, no entanto, recebiam salários diferentes. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$11.037 (R\$14.147 em 31 de dezembro de 2017).
- Horas extras e reflexos - pretendem os reclamantes o pagamento de horas extras alegando que teriam realizado suas atividades em jornada extraordinária, e que essas horas não teriam sido pagas e nem compensadas. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$85.900 (R\$99.746 em 31 de dezembro de 2017).

- Acidente de trabalho - Acidentes de trabalho de empregados, ex-empregados ou prestadores de serviço alegando responsabilidade da Light, pretendendo indenizações e pensões vitalícias. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$30.196 (R\$21.932 em 31 de dezembro de 2017).
- Diferença de adicional de periculosidade - a Companhia, no passado, praticou o pagamento do referido adicional de 30% do salário base até abril de 2012, conforme disposto em Acordo Coletivo 2011/2012. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$15.880 (R\$58.691 em 31 de dezembro de 2017).
- Dano moral - pedido feito com diferentes fundamentações: perseguição, assédio moral, falta de segurança (atuação em área de risco) e outros. O montante, atualmente quantificável, referente a esses pedidos é de R\$80.265 (R\$34.595 em 31 de dezembro de 2017).

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em que pese a revogação da liminar, em razão do julgamento do processo supracitado, a Lei 13.467/2017 incluiu dispositivo na CLT reafirmando a utilização da Taxa Referencial (TR) para fins de correção monetária.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$8.600 (R\$13.444 em 31 de dezembro de 2017), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22.4 A seguir destacamos os processos em andamento, cujo prognóstico de perda é remoto, com valores significativos em discussão, os quais, em caso de decisão desfavorável, podem impactar a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto:

- PASEP/PIS (Processo 15374002130/2006-18) - Glosa de Compensação efetuada pela controlada Light SESA de créditos de PASEP com débitos de PIS. Julgada improcedente a impugnação da Companhia. Interposto Recurso Voluntário. Proferida decisão pelo Conselho determinando a baixa do processo à 1ª instância para apuração do crédito em discussão no processo. Aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário. O montante, atualmente quantificável, é de R\$330.400 (R\$325.200 em 31 de dezembro de 2017).

- IRRF Glosa de Compensação LIR/LOI (Processo 10768.002.435/2004-11) - Não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de saldo negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica no ano-base 2002. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela controlada Light SESA. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto. Considerando a decisão favorável obtida, em agosto de 2012, do processo 18471002113/2004-09, que impacta diretamente neste caso, o prognóstico de perda é remoto. O montante, atualmente quantificável, é de R\$256.800 (R\$251.300 em 31 de dezembro de 2017).

23. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974 e possui quatro planos - A, B, C e D - implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010, respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido, C do tipo Benefício Misto e D do tipo Contribuição Definida.

Seguem abaixo as obrigações registradas no Balanço Patrimonial da Companhia com benefícios de plano de pensão:

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Dívida contratual com fundo de pensão	-	-	-	-	52.434	52.434
Outros	-	-	-	97	-	97
TOTAL	-	-	-	97	52.434	52.531

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia assumiu uma dívida de R\$31.976 em decorrência do déficit técnico acumulado pelo plano C saldado, oriundo de alteração da tábua de mortalidade mediante teste anual de aderência da tábua, conforme estabelecido nos contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, assinado em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de março de 2016, foi assinado o primeiro termo aditivo aos contratos de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, em que os termos dos contratos foram atualizados após as edições das Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 15 e 16, ambas de 19 de novembro de 2014. Além disso, foi alterado o prazo dos contratos para 2026 e assumido o déficit técnico acumulado de 2015 do plano C Saldado, o que fez com que a Companhia assumisse, em 31 de março de 2016, uma dívida de R\$5.720 (reconhecido líquido de impostos em outros resultados abrangentes no montante de R\$3.775).

Em 08 de junho de 2018, a Administração diante das captações de empréstimos e debêntures realizadas ao longo do exercício de 2018, optou por efetuar, de forma antecipada, o pagamento da dívida atuarial dos montantes decorrentes dos déficits técnicos do plano C saldado, reconhecidos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de março de 2016, os quais foram atualizados por IPCA mais 5,58%.

Abaixo, a movimentação ocorrida no passivo contratual nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Não circulante	Consolidado
SALDO EM 01.01.2017	48.308
Atualizações no resultado do exercício	4.126
SALDO EM 31.12.2017	52.434
Atualizações no resultado do exercício	2.065
Amortizações no exercício	(54.499)
SALDO EM 31.12.2018	-

23.1 Descrição dos planos

Plano A/B - os benefícios são do tipo "benefício definido" e correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Plano C - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Plano D - aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - PREVIC/MPS, em 22 de março de 2010, e teve sua primeira contribuição no mês de abril de 2010. Neste plano, os benefícios são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$3.879 (R\$2.745 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

As informações atuariais consolidadas são conforme abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor Presente das obrigações atuariais	(3.134.375)	(3.031.347)
Valor justo dos ativos do plano	3.190.913	3.029.416
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(54.473)	(46.377)
Complemento referente a dívida com a Braslight	(2.065)	(4.126)
PASSIVO LÍQUIDO	-	(52.434)
Passivo líquido, CVM nº 695/12	-	(33.417)
Saldo do contrato ajustado com a Braslight	-	(52.434)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor justo dos ativos no início do ano	3.029.416	2.880.250
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	317.243	319.360
Ganhos atuariais nos ativos do plano	120.026	101.260
Contribuições da patrocinadora	488	531
Contribuições dos participantes	33	44
Benefícios pagos pelo plano/empresa	(276.293)	(272.029)
VALOR JUSTO DOS ATIVOS NO FINAL DO ANO	3.190.913	3.029.416

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Valor das obrigações no início do ano	3.031.347	2.853.500
Custo do serviço corrente	25	141
Juros sobre as obrigações atuariais	317.467	316.162
Contribuições de participantes	33	44
Ganhos atuariais reconhecidos	61.796	133.529
Benefícios pagos	(276.293)	(272.029)
VALOR JUSTO DAS OBRIGAÇÕES NO FINAL DO ANO	3.134.375	3.031.347

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Custo do serviço corrente	25	141
Juros sobre as obrigações atuariais	317.467	316.162
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(317.243)	(319.360)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	1.816	7.183
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	2.065	4.126

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Passivo líquido no início do ano	52.434	48.308
Despesa reconhecida no resultado	2.065	4.126
Amortizações no exercício	(54.499)	-
PASSIVO LÍQUIDO NO FINAL DO ANO	-	52.434

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	2019
Custo do serviço corrente	(79)
Juros sobre as obrigações atuariais	268.110
Rendimento esperado dos ativos do plano	(273.195)
	(5.164)

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Renda fixa	90,34%	89,90%
Renda variável	2,62%	3,70%
Investimentos estruturados	1,99%	1,78%
Imóveis	3,80%	3,53%
Empréstimos e financiamentos	1,42%	1,27%
Outros realizáveis	0,05%	0,05%
Provisões contingenciais	-0,22%	-0,23%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi um ganho de R\$120.026 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (ganho de R\$101.260 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Premissas atuariais:

	31.12.2018	31.12.2017
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,83% (A/B) e 9,04% (C)	10,82% (A/B) e 11,08% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,83% (A/B) e 9,04% (C)	10,82% (A/B) e 11,08% (C)
Taxa anual de inflação	4,00%	5,50%
Taxa de crescimento salarial nominal	6,60%	8,14%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	5,50%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa rotativa	Nula	Baseado no tempo de serviço e nível salarial
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,30	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*1,30	LIGHT - Fraca*1,30
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 masculina	AT-49 masculina
Participantes ativos	1.480	1.610
Participantes aposentados e pensionistas	5.563	5.629

^(a) Tábua sem agravamento

23.2 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	5,00%	-0,25%	(27.505)
Plano C	5,50%	-0,25%	(44.137)

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	(27.060)
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desgravada em 2 anos	(80.278)

24. OUTROS DÉBITOS

	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Encargos regulatórios	465.665	-	465.665	349.102	-	349.102
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	2.310	-	2.310	2.410	-	2.410
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.745	-	3.745	3.728	-	3.728
Programa de Eficiência Energética - PEE	165.443	-	165.443	127.457	-	127.457
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	82.127	-	82.127	77.719	-	77.719
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	200.460	-	200.460	115.360	-	115.360
Quota de reserva global de reversão - RGR	1.122	-	1.122	1.036	-	1.036
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	10.458	-	10.458	21.392	-	21.392
Outros	225.602	62.428	288.030	190.466	69.934	260.400
Adiantamento de clientes	59.458	-	59.458	9.083	-	9.083
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.987	-	2.987	2.724	-	2.724
Taxa de iluminação pública	122.185	-	122.185	107.869	-	107.869
Reserva para reversão	-	62.163	62.163	-	69.934	69.934
Restituições consumidores	30.412	-	30.412	20.704	-	20.704
Outros ^(a)	10.560	265	10.825	50.086	-	50.086
TOTAL	691.267	62.428	753.695	539.568	69.934	609.502

^(a) Referente a outros débitos de naturezas diversas.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2018, a Light S.A. tem como grupo controlador a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”) e Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”). A LEPSA e a RME são subsidiárias integrais da CEMIG.

As participações em controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota explicativa 02.

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

25.1 Ativos e receitas

CONTROLADORA									
Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Outros créditos - Referente a contrato de mútuo celebrado entre a Light S.A e a Lajes Energia - Controladora	9.000	-	dez/2017 a jan/2019	CDI + 3,50 a.a.	N/A	-	9.025	876	25

CONSOLIDADO									
Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
						31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	80	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	80	70	928	784
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light SESA com a Lightger - Está sob controle comum	N/A ⁽¹⁾	28	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	28	28	340	322
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Light Energia com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	16	A partir de dez/2002	Preço praticado no mercado regulado	N/A	16	14	173	137
Cliente - Cobrança referente a prestação de serviços da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	4.325	79	dez/2012 a abr/2019	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	79	79	969	946
Cliente - Contrato de venda de energia da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	12.419	-	out/2014 a dez/2019	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	1.120	12.419	14.237
Cliente - Indenização operacional em função das alterações promovidas nas condições comerciais entre Lightcom e Renova - Está sob controle comum	71.100	82.992	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	82.992	71.100	11.892	-
Outros créditos - Adiantamento a fornecedores de faturas de energia da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	N/A	90.506	N/A	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	90.506	-	6.246	-

⁽¹⁾ Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

25.2 Passivos e despesas

CONSOLIDADO									
Contratos com o mesmo grupo (Grupo do balanço, características do contrato e vínculo)	Valor original	Saldo remanescente	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
						31.12.2018	31.12.2017	2018	2017
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	275.238	4.851	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	4.851	5.684	(60.735)	(85.394)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Light SESA com a CEMIG - Participa do grupo controlador	N/A ⁽¹⁾	1.398	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	1.398	3.261	(22.975)	(15.387)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Lightger - Está sob controle comum	217.213	1.937	dez/2010 a jun/2028	Termos e condições acordados entre as partes	N/A	1.937	1.936	(20.508)	(19.626)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Light SESA com a Axiom - Está sob controle comum	N/A ⁽²⁾	8	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	8	2.502	(19.136)	(22.668)
Plano Previdenciário - Compromisso da Light S.A., Light SESA, Light Energia, Light Esco e Lightcom com a Fundação de Seguridade Social Braslight - Patrocinadora da fundação	42.726	-	Dez/2013 a Jun/2026	IPCA + 5,58% a.a.	N/A	-	52.531	(2.065)	(4.126)
Fornecedor - Compromisso de compra de energia da Lightcom com a Renova - Está sob controle comum	807.216	-	jul/2015 a ago/2036	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	15.870	(168.972)	(135.765)

⁽¹⁾ Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

⁽²⁾ O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com os contratos entres as partes.

25.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Honorários e benefícios de curto prazo	2.164	2.239	11.910	11.019
Bônus	882	1.510	7.070	14.679
Encargos Sociais	622	524	6.278	2.996
Benefícios pós-emprego	62	49	629	508
Benefícios assistenciais	75	72	951	1.123
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	438	54	4.379	544
TOTAL	4.243	4.448	31.217	30.869

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Light S.A. está representado por 203.934.060 (duzentos e três milhões, novecentos e trinta e quatro mil e sessenta) ações ordinárias escriturais sem valor nominal, sendo o seu capital social de R\$2.225.822, conforme a seguir:

	31.12.2018		31.12.2017	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTAS				
PRINCIPAIS ACIONISTAS	101.954.597	49,99	106.304.597	52,12
RME Rio Minas Energia Participações S.A.	22.226.150	10,90	26.576.150	13,03
Companhia Energética de Minas Gerais	53.152.298	26,06	53.152.298	26,06
Luce Empreendimentos e Participações S.A.	26.576.149	13,03	26.576.149	13,03
OUTROS	101.979.463	50,01	97.629.463	47,88
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	19.140.808	9,39	19.140.808	9,39
Mercado	82.838.655	40,62	78.488.655	38,49
TOTAL GERAL	203.934.060	100,00	203.934.060	100,00

A Light S.A. está autorizada a aumentar o seu capital, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de 323.934.060 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

26.2 Reserva de lucros

A Light S.A. possui duas reservas de lucro, destacadas abaixo:

- Reserva legal - Constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, conforme legislação em vigor.
- Reserva de retenção de lucros - Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

26.3 Ajuste de avaliação patrimonial

São reconhecidos os efeitos do ajuste a valor justo do ativo imobilizado da controlada Light Energia registrado na data de transição da adoção da IFRS em 1º de janeiro de 2009, líquidos de efeitos de impostos diretos, a uma alíquota de 34%. À medida que os itens forem realizados, os valores registrados nessa conta serão transferidos para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.

26.4 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos a equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas em conjunto e ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tabela de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

26.5 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	2018	2017
NUMERADOR		
Lucro líquido do exercício	165.782	124.221
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	203.934.060	203.934.060
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,81	0,61

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

27. DIVIDENDOS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação (R\$)
2018			
AGO de 27 de abril de 2018	Dividendos mínimos obrigatórios 2017	29.503	0,1447

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS	2018	2017
Lucro líquido do exercício	165.782	124.221
Constituição de reserva legal (5%)	(8.289)	(6.211)
BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS	157.493	118.010
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(39.373)	(29.503)
Realização de ajuste avaliação patrimonial	16.515	16.931
LUCROS RETIDOS	134.635	105.438

28. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O programa de participação nos lucros e resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de lucro líquido e EBITDA consolidado da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados da Companhia, na rubrica de obrigações trabalhistas, é de R\$30.467 (R\$29.836 em 31 de dezembro de 2017), com pagamento previsto para abril de 2019.

29. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2018	2017
Fornecimento/Suprimento (nota 30)	16.744.737	15.870.646
Arrendamentos, aluguéis e outras	77.976	74.911
Receita de Uso da Rede	1.523.025	1.055.001
Receita de construção	661.036	607.191
Renda de prestação de serviço	54.579	165.195
Subvenção CDE	248.929	154.825
Serviço taxado	5.784	5.348
Valor justo do ativo indenizável da concessão (Nota 11)	146.935	261.306
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 10)	(53.203)	(213.486)
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 10)	626.903	636.854
RECEITA BRUTA	20.036.701	18.617.791
ICMS	(4.371.864)	(3.986.362)
PIS e COFINS	(1.734.529)	(1.619.580)
Outros	(6.634)	(7.819)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(6.113.027)	(5.613.761)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.749.746)	(1.451.781)
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.677)	(9.095)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(11.735)	(10.488)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(23.468)	(20.975)
Eficiência Energética - PEE	(47.899)	(43.313)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(23.468)	(20.975)
Obrigações especiais	(19.086)	(75.685)
Outros encargos - PROINFA	(35.053)	(27.723)
Outros encargos	(29.995)	(29.436)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(1.953.127)	(1.689.471)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(8.066.154)	(7.303.232)
RECEITA LÍQUIDA	11.970.547	11.314.559

De acordo com a IFRS 15 (CPC 47), a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável.

A receita da controlada Light SESA é composta por mais de 4,5 milhões de consumidores ⁽¹⁾, sendo que é bastante pulverizada e não possui concentração em poucos consumidores. As tarifas são determinadas pela ANEEL e são aplicadas para cada classe de consumidor. A receita possui certo grau de sazonalidade em função da variação da temperatura na sua área de concessão. O faturamento aumenta nos períodos que apresentam maiores temperaturas.

⁽¹⁾ Os dados sobre a quantidade de consumidores não foram auditados pelos auditores independentes.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia passou a contabilizar as penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC como redutoras da receita de uso da rede e não mais como despesa operacional, conforme IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contrato com Cliente (nota explicativa 03).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou obrigações especiais referentes a receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos cobrada dos consumidores no montante de R\$11.749, e obrigações especiais referentes ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão da Light SESA no montante de R\$63.936. Esses montantes embora sejam faturados aos consumidores, não impactam a receita líquida da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$19.086 referente ao diferencial tarifário relativo ao tratamento especial das perdas não técnicas da área de concessão da controlada Light SESA.

30. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado					
	N.º de contas faturadas ^(a) ^(b)		GWh ^(a)		R\$	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Residencial	4.092.836	4.196.110	8.600	9.239	5.430.182	5.257.200
Industrial	10.109	10.365	697	779	471.785	529.387
Comércio, serviços e outras	327.095	325.589	5.598	6.259	3.481.938	3.334.678
Rural	12.387	12.296	62	63	11.059	8.288
Poder público	12.222	12.367	1.393	1.336	817.518	736.579
Iluminação pública	765	721	802	689	296.309	231.031
Serviço público	1.746	1.813	1.183	1.191	495.937	442.780
Consumo próprio	455	460	120	117	-	-
FORNECIMENTO FATURADO	4.457.615	4.559.721	18.455	19.673	11.004.728	10.539.943
ICMS	-	-	-	-	3.884.477	3.638.415
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(12.420)	(18.690)
TOTAL FORNECIMENTO ^(c)	4.457.615	4.559.721	18.455	19.673	14.876.785	14.159.668
Comercialização de energia/outros	-	-	2.342	4.566	1.464.983	1.469.261
Energia de curto prazo	-	-	783	1.154	402.969	241.717
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	3.125	5.720	1.867.952	1.710.978
TOTAL	4.457.615	4.559.721	21.580	25.393	16.744.737	15.870.646

^(a) Não examinadas pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas em dezembro, com e sem consumo

^(c) Light SESA

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS	Consolidado					
	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Pessoal e administradores	-	-	(264.134)	(228.664)	(139.105)	(158.294)
Materiais	-	-	(40.648)	(70.534)	(441)	(725)
Serviços de Terceiros	-	-	(361.981)	(344.460)	(184.705)	(158.143)
Energia elétrica comprada para revenda (nota 32)	(7.972.390)	(7.155.042)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(523.697)	(492.992)	(21.246)	(26.327)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(434.800)	(397.835)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios e depósitos judiciais	-	-	-	-	(239.213)	(179.637)
Custo de construção	-	-	(661.036)	(607.191)	-	-
Multa por violação de indicadores de continuidade (nota 3.5.2)	-	-	-	-	-	(33.508)
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	105.159	47.643	-	-
Outras despesas/ custos	-	-	(29.444)	(17.979)	(64.188)	(33.932)
TOTAL	(7.972.390)	(7.155.042)	(1.775.781)	(1.714.177)	(1.083.698)	(988.401)

32. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Consolidado			
	GWh ^(a)		R\$	
	2018	2017	2018	2017
Energia comprada para revenda				
Mercado de Curto Prazo CCEE	(1.482)	(1.777)	(1.131.941)	(1.154.482)
Itaipu - Binacional	4.649	5.090	(1.093.551)	(1.015.369)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.351	(1.662.105)	(1.439.412)
Leilão de Energia	6.645	7.522	(3.010.960)	(2.688.417)
Cotas de Garantia Física	868	868	(603.594)	(452.297)
Cota de Nucleares	10.200	9.604	(215.187)	(180.174)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da Rede Básica e O.N.S	-	-	(897.714)	(657.957)
Encargos de conexão - Transmissão	-	-	(47.525)	(18.855)
Encargos uso da Rede Distribuição - CUSD	-	-	(2.714)	(2.458)
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	(111.220)	(69.114)
PROINFA	495	498	(158.259)	(153.522)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	783.528	677.015
ICMS sobre compra ^(b)	-	-	178.852	-
TOTAL	27.726	28.156	(7.972.390)	(7.155.042)

^(a) Não examinado pelos auditores independentes

^(b) Crédito proveniente do Decreto nº 46.207, no qual o Estado do Rio de Janeiro revogou o diferimento tributário do ICMS sobre compras de máquinas, equipamentos, materiais e gás natural.

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2018	2017
RECEITA		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	117.318	51.778
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	63.315	27.800
Atualização de depósitos judiciais	11.483	13.897
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (nota 10)	63.410	(10.671)
Operações de swap	352.951	-
Outras receitas financeiras	34.797	17.314
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	643.274	100.118
DESPESA		
Atualização monetária sobre provisão para contingências	(5.668)	(8.788)
Despesas com passivos tributários	(14.171)	(37.098)
Encargos de empréstimos, financiamentos e Braslight	(687.201)	(613.968)
Variação cambial e monetária	(430.918)	(75.966)
Operações de swap	-	(134.492)
Variação cambial sobre faturas de energia	(24.178)	(15.383)
Atualização monetária sobre o GSF	(62.377)	13.034
PIS e COFINS sobre receita financeira	(16.105)	(7.498)
Outras despesas financeiras	(53.428)	(96.213)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.294.046)	(976.372)
RESULTADO FINANCEIRO	(650.772)	(876.254)

34. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	165.782	124.221	311.390	298.478
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(56.366)	(42.235)	(105.873)	(101.483)
Equivalência patrimonial	74.798	47.598	(29.038)	(67.735)
Créditos fiscais diferidos não reconhecidos CVM nº 371/02 - Light S.A.	(13.631)	(4.466)	(13.631)	(4.466)
Incentivos Fiscais ^(a)	-	-	1.434	1.134
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(4.801)	(897)	1.500	(1.707)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	-	-	(145.608)	(174.257)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	-	-	(81.501)	(137.196)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	-	-	(64.107)	(37.061)

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), que possibilita a aplicação de até 4% do imposto de renda devido em ações culturais.

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

35.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

		Controladora			
		31.12.2018		31.12.2017	
	Níveis	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
<u>ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)</u>					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Equivalentes de caixa (nota 5)	2	1.171	1.171	6.717	6.717
Títulos e valores mobiliários	2	2	2	6	6
Serviços prestados a receber	2	259	259	134	134
Outros créditos	2	18.676	18.676	9.639	9.639
TOTAL		20.108	20.108	16.496	16.496
<u>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)</u>					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores	2	3.840	3.840	1.177	1.177
Outros débitos	2	475	475	731	731
TOTAL		4.315	4.315	1.908	1.908

		Consolidado			
		31.12.2018		31.12.2017	
	Níveis	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Equivalentes de caixa (nota 5)	2	598.853	598.853	211.977	211.977
Títulos e valores mobiliários - CDB (nota 6)	2	261.804	261.804	57.275	57.275
Consumidores, Concessionárias, Permissionárias e Clientes (nota 7)	2	3.868.554	3.868.554	3.706.820	3.706.820
Serviços prestados a receber	2	90.439	90.439	83.071	83.071
Ativos financeiros do setor (nota 10)	3	712.655	712.655	200.341	200.341
Outros créditos (nota 12)	2	338.254	338.254	211.802	211.802
Ativo contratual (nota 13)		330.240	330.240	-	-
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Títulos e valores mobiliários - Fundos de investimentos (nota 6)	2	714.994	714.994	15.073	15.073
Ativo financeiro da concessão (nota 11)	3	4.271.861	4.271.861	3.764.195	3.764.195
Swaps	2	439.359	439.359	16.878	16.878
TOTAL		11.627.013	11.627.013	8.267.432	8.267.432
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota 17)	2	2.119.660	2.119.660	2.022.507	2.022.507
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	2	5.622.970	5.628.568	3.115.655	3.093.172
Debêntures (nota 20)	2	4.405.491	4.476.263	4.294.914	4.037.291
Passivos financeiros do setor (nota 10)	3	2.619	2.619	98.859	98.859
Outros débitos (nota 24)	2	753.695	753.695	609.502	609.502
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Swaps	2	111.664	111.664	101.705	101.705
TOTAL		13.016.099	13.092.469	10.243.142	9.963.036

Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os exercícios e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do período estão evidenciados, assim como as premissas, na nota explicativa 11.

Política para utilização de derivativos

A Companhia possui uma política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração que determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui opções *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro mais abaixo que a Companhia utiliza o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses.

35.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

35.3 Risco de Mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Segue abaixo o quadro com a abertura da dívida por moeda e indexador (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	R\$	%	R\$	%
USD	3.135.865	32,3	970.851	13,6
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	3.135.865	32,3	970.851	13,6
CDI	3.923.614	40,5	3.978.403	55,8
IPCA	2.307.342	21,5	1.112.676	15,6
TJLP	373.742	3,9	632.158	8,9
Outros	176.328	1,8	436.860	6,1
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.781.026	67,7	6.160.097	86,4
TOTAL	9.916.891	100,0	7.130.948	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2018, é de 0,39% do total da dívida em moeda estrangeira (0,68% em 31 de dezembro de 2017).

A seguir, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

35.4 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 junto ao Citibank e a emissão dos Bonds no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 31.12.2018	Valor Ncional (US\$) 31.12.2018	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2018	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2018	Valor Justo x Accrual 31.12.2018
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	129.159	33.333	(21.403)	(19.915)	1.488
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	129.159	33.333	(21.403)	(19.915)	1.488
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	129.159	33.333	(21.403)	(19.915)	1.488
Citibank	Light SESA	US\$	US\$+Libor3M+1,62%	CDI + 3,50%	01.02.2018	02.08.2021	387.480	100.000	(67.680)	(60.951)	6.729
BMG	Light SESA	US\$	US\$	64,05% CDI	26.12.2017	15.10.2019	22.194	5.728	(1.483)	(1.335)	148
Citi (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25% a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	387.480	100.000	(38.971)	(49.648)	(10.677)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25% a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	387.480	100.000	(39.127)	(49.648)	(10.521)
Bradesco (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+7,25% a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	774.960	200.000	(78.295)	(100.689)	(22.394)
Santander (Bond)	Light SESA	US\$	US\$+1,27940% a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	99.148	25.588	(767)	(2.833)	(2.066)
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	25.829	6.666	(4.633)	(4.488)	145
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	25.829	6.666	(4.633)	(4.488)	145
Citibank	Light Energia	US\$	US\$+Libor3M+1,75%	CDI + 3,50%	01.02.2018	01.08.2019	25.829	6.666	(4.633)	(4.624)	9
Itaú (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25% a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	581.220	150.000	(58.456)	(74.472)	(16.016)
BBM (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+7,25% a.a.	142,75% CDI	03.05.2018	03.05.2023	193.740	50.000	(19.569)	(25.022)	(5.453)
Santander (Bond)	Light Energia	US\$	US\$+1,27940% a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	49.574	12.794	(384)	(1.416)	(1.032)
TOTAL							3.348.240	864.107	(382.840)	(439.359)	(56.519)

Instituição	Controlada	Moeda	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Ncional (R\$) 31.12.2017	Valor Ncional (US\$) 31.12.2017	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2017	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2017	Valor Justo x Accrual 31.12.2017
Citibank	Light SESA	US\$	Libor+1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	05.11.2018	110.266	33.333	(3.033)	(1.980)	1.053
Citibank	Light SESA	US\$	Libor+1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	03.05.2019	110.266	33.333	(3.033)	(1.980)	1.053
Citibank	Light SESA	US\$	Libor+1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	04.11.2019	110.266	33.333	(3.033)	(1.980)	1.053
Citibank	Light SESA	US\$	Libor+1,75%	CDI + 1,15%	03.02.2017	03.05.2018	330.800	100.000	(9.100)	(5.942)	3.158
BMG / China	Light SESA	US\$	US\$+Libor+3,50%	4,50% + CDI	30.09.2016	16.09.2019	50.943	15.400	446	298	(148)
BMG	Light SESA	US\$	US\$+0%	64,05% CDI	26.12.2017	15.10.2019	19.071	5.728	138	(739)	(877)
Fibra / CCB	Light SESA	US\$	US\$+Libor+3,50%	4,50% + CDI	06.10.2016	16.09.2019	76.084	23.000	433	(90)	(523)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor+2,06%	CDI + 3,50%	03.02.2017	01.11.2019	77.187	23.333	(1.240)	(1.389)	(149)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor+1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	01.11.2019	77.187	23.333	(1.240)	(1.389)	(149)
Citibank	Light Energia	US\$	Libor+1,75%	CDI + 3,50%	03.02.2017	01.11.2019	77.187	23.333	(1.240)	(1.389)	(149)
Itaú	Light Energia	US\$	US\$+3,54%	CDI + 5,03%	09.12.2016	05.06.2018	129.763	39.227	992	962	(30)
TOTAL							1.169.020	353.353	(19.910)	(15.618)	4.292

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2018, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2019. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2018. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da Taxa de Câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: B3 (antiga BM&FBOVESPA, em 31 de dezembro de 2018) e BNDES (em 31 de dezembro de 2018).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
				Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS				(87.935)	(911.999)	(1.736.068)
TN - Par Bond	Light SESA	US\$	39.422	(4.187)	(43.422)	(82.657)
TN - Caução - Par Bond	Light SESA	US\$	(33.608)	3.569	37.018	70.466
TN - Discount Bond	Light SESA	US\$	27.361	(2.906)	(30.137)	(57.367)
TN - Caução - Discount Bond	Light SESA	US\$	(23.485)	2.494	25.867	49.241
4131 Citibank 2018	Light SESA	US\$	191.318	(20.318)	(210.727)	(401.136)
Bonds	Light SESA	US\$	404.592	(42.968)	(445.637)	(848.307)
4131 Citibank 2018	Light Energia	US\$	20.143	(2.139)	(22.187)	(42.239)
Bonds	Light Energia	US\$	202.256	(21.480)	(222.774)	(424.069)
DERIVATIVOS				86.904	901.325	1.715.746
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light SESA	US\$	(595.869)	63.285	656.364	1.249.443
Swaps de moeda (ponta ativa)	Light Energia	US\$	(222.378)	23.619	244.961	466.303
TOTAL DE PERDA				(1.031)	(10.674)	(20.322)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros					+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2019)				3,9810	4,9763	5,9715

Diante do quadro acima, é possível identificar proteção para toda a dívida em moeda estrangeira, com exceção apenas aos contratos relativos ao Tesouro Nacional (TN), ou seja, Par Bond, Discount Bond e Caução. Vale ressaltar que apesar do saldo do principal da dívida junto ao Tesouro Nacional não ter proteção contra variação do câmbio, os pagamentos dos juros destes contratos possuem proteção de variação de câmbio para 24 meses.

35.5 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Segue quadro abaixo com a posição das operações de *swap* de juros vigentes em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	R\$			
						Valor Nominal 31.12.2018	Swap (accrual) 31.12.2018	Swap valor justo (contábil) 31.12.2018	Valor Justo x Accrual 31.12.2018
BMG	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	600.000	54.293	89.331	35.038
PLURAL	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	150.000	14.842	22.333	7.491
TOTAL						750.000	69.135	111.664	42.529

Instituição	Controlada	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	R\$			
						Valor Nominal 31.12.2017	Swap (accrual) 31.12.2017	Swap valor justo (contábil) 31.12.2017	Valor Justo x Accrual 31.12.2017
BMG	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	835.354	37.931	78.315	40.384
PLURAL	Light SESA	CDI + 1,15%	IPCA + 7,82%	20.05.2016	17.05.2021	208.838	9.483	22.130	12.647
TOTAL						1.044.192	47.414	100.445	53.031

As operações de *swap* com o BMG e com o banco Plural estão associadas com a 9ª emissão de debêntures da controlada Light SESA junto ao Banco do Brasil. O objetivo da operação foi: (i) hedge com a receita, pois parte dos reajustes das tarifas são corrigidas pelo IPCA; (ii) reforço de capital de giro, pois no período de carência das debêntures a Companhia receberá os recursos para a amortização dos juros atrelados ao CDI; e (iii) redução da concentração de dívida atrelada ao CDI.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2019. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes: B3 (antiga BM&FBOVESPA, em 31 de dezembro de 2018) e BNDES (em 31 de dezembro de 2018).

OPERAÇÃO	Controlada	Risco	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS			2.188	(17.805)	(37.797)
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários ^(a)		CDI	2.188	(17.805)	(37.797)
PASSIVOS FINANCEIROS			8.563	(94.730)	(198.016)
TN - Discount Bond	Light SESA	Libor6M	(25)	(793)	(1.561)
4131 Citibank 2018	Light SESA	Libor3M	813	(4.188)	(9.188)
CCB Bradesco 2016	Light SESA	CDI	(111)	(1.145)	(2.179)
CCB Banco do Brasil 2017	Light SESA	CDI	(37)	(383)	(728)
CCB - IBM 2017	Light SESA	CDI	(74)	(766)	(1.458)
Leasing IBM	Light SESA	CDI	(3)	(29)	(55)
Debêntures 8ª Emissão	Light SESA	CDI	(561)	(5.801)	(11.041)
Debêntures 9ª Emissão Série A	Light SESA	CDI	(1.409)	(14.571)	(27.732)
Debêntures 10ª Emissão	Light SESA	CDI	(1.022)	(10.567)	(20.112)
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	Light SESA	CDI	(93)	(960)	(1.828)
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	Light SESA	CDI	(284)	(2.940)	(5.595)
Debêntures 14ª Emissão	Light SESA	CDI	(774)	(8.006)	(15.237)
Debêntures 15ª Emissão - 2ª Série	Light SESA	CDI	(292)	(3.021)	(5.750)
4ª Nota Promissória	Light SESA	CDI	(173)	(1.794)	(3.414)
FIDC 2018 Série A	Light SESA	CDI	(1.786)	(18.467)	(35.148)
Debêntures 9ª Emissão Série B	Light SESA	IPCA	5.400	(1.286)	(7.972)
Debêntures 12ª Emissão - 3ª Série	Light SESA	IPCA	402	(96)	(593)
Debêntures 13ª Emissão	Light SESA	IPCA	3.291	(784)	(4.859)
Debêntures 15ª Emissão - 1ª Série	Light SESA	IPCA	3.677	(876)	(5.428)
FIDC 2018 Série B	Light SESA	IPCA	2.734	(651)	(4.036)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 1	Light SESA	TJLP	-	(6)	(11)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 2	Light SESA	TJLP	(5)	(164)	(324)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 3	Light SESA	TJLP	(5)	(198)	(390)
BNDES - Capex 2011/12 Sub 4	Light SESA	TJLP	(5)	(198)	(390)
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	Light SESA	TJLP	(37)	(1.352)	(2.666)
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	Light SESA	TJLP	(1)	(28)	(55)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB A	Light SESA	TJLP	(71)	(2.583)	(5.095)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB C	Light SESA	TJLP	(30)	(1.092)	(2.154)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub A	Light SESA	TJLP	(4)	(150)	(296)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub B	Light SESA	TJLP	(4)	(150)	(296)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	Light SESA	TJLP	(4)	(131)	(259)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	Light SESA	TJLP	(4)	(132)	(260)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	Light SESA	TJLP	(1)	(24)	(48)
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	Light SESA	SELIC	(85)	(876)	(1.667)
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	Light SESA	SELIC	(2)	(18)	(34)
BNDES - CAPEX 2015/16 SUB B	Light SESA	SELIC	(296)	(3.062)	(5.828)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub C	Light SESA	SELIC	(12)	(120)	(228)
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	Light SESA	SELIC	(10)	(105)	(200)
BNDES - Proj Lajes - SUB A	Light Energia	TJLP	(7)	(241)	(475)
BNDES - Proj Lajes - SUB B	Light Energia	TJLP	(7)	(254)	(501)
3ª Nota Promissória	Light Energia	CDI	(52)	(539)	(1.027)
4ª Nota Promissória	Light Energia	CDI	(196)	(2.026)	(3.855)
Debêntures 2ª Emissão	Light Energia	CDI	(194)	(2.009)	(3.823)
Debêntures 3ª Emissão	Light Energia	CDI	(36)	(370)	(705)
Debêntures 6ª Emissão	Light Energia	CDI	(123)	(1.268)	(2.414)
4131 Citibank 2017	Light Energia	Libor 3M	83	(444)	(971)
BNDES Conecta	Light Conecta	TJLP	(2)	(66)	(130)
DERIVATIVOS			(833)	(50.917)	(101.001)
Swaps de moedas (ponta passiva) ^(a)		CDI	(6.561)	(67.851)	(129.141)
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		Libor3M	(1.271)	4.256	9.784
Swap de taxas (ponta ativa) ^(a)		CDI	1.356	14.022	26.687
Swap de taxas (ponta passiva) ^(a)		IPCA	5.643	(1.344)	(8.331)
TOTAL DE GANHO (PERDA)			9.918	(163.452)	(336.814)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				-25%	-50%
CDI (% em 31.12.2019)			6,58%	4,93%	3,29%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2019)			6,58%	8,22%	9,86%
TJLP (% em 31.12.2019)			7,03%	8,79%	10,55%
IPCA (% em 31.12.2019)			3,12%	3,90%	4,68%
Selic (% em 31.12.2019)			6,58%	8,22%	9,86%
Libor3M (% em 31.12.2019)			2,66%	3,32%	3,98%
Libor6M (% em 31.12.2019)			2,88%	3,59%	4,31%

^(a) Inclui as controladas do grupo Light

35.6 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos aos Grupos e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

35.7 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas 19 e 20.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de Publicação
Fitch	A+	BB-	29.03.2018
S&P	AA+	-	11.07.2018
Moody's	A3.br	Ba3	04.09.2018

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

Dentro do processo normal de compra de energia e contratos de uso do sistema de transmissão, foram dados como garantia, principalmente em leilões de energia, no ambiente de comercialização regulado (ACR), recebíveis futuros da controlada Light SESA, no montante de R\$395.425, em 31 de dezembro de 2018 (R\$356.143 em 31 de dezembro de 2017).

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(641.718)	(1.906.646)	(8.965.909)	(379.072)	(11.893.345)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(15.199)	(54.711)	(363.771)	-	(433.681)
Fornecedores	(2.119.660)	-	-	-	(2.119.660)
Swap	(6.191)	(18.574)	(302.929)	-	(327.694)
TOTAL	(2.782.768)	(1.979.931)	(9.632.609)	(379.072)	(14.774.380)

35.8 Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia consiste de contratos de Itaipu, PROINFA, cotas de garantia física - CCGF, cotas de Angra 1 e 2 e contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de cinco e três anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo às tarifas. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento (105%) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado e (vi) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

A diferença não repassada à tarifa do consumidor é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade, dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A crise econômica, a temperatura, a migração de clientes especiais para o mercado livre e o aumento da tarifa de energia levaram a uma queda de mercado e, considerando que o nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos, a Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 106,2%. Embora este nível de contratação ainda possa ser ajustado e ficar abaixo de 105% do nível de contratação caso determinados fatores sejam considerados involuntários pelo órgão regulador, a Companhia não reconheceu como ativo financeiro do setor, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$29.500 referente a este possível repasse à tarifa, uma vez que este assunto ainda está sendo discutido com a ANEEL. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$34.501.

Embora haja o repasse dos custos relacionados à sobrecontratação involuntária para a tarifa, há um descasamento de caixa temporário, visto que os mesmos ocorrem em momentos distintos. Efeito semelhante ocorre quando há aumento de custos de compra de energia e encargos setoriais, o que ocasionalmente acaba gerando a necessidade da Companhia em se financiar através de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada Light SESA terminou o ano ligeiramente sobrecontratada, atingindo o percentual de 106,3% de nível de sobrecontratação. Conforme regulamentação vigente, o montante de energia superior ao limite de 105% foi liquidado no mercado de Curto Prazo (mercado SPOT). Como o preço SPOT em 2017 ficou acima do preço médio dos contratos da Light SESA, não ocorreu perda de repasse às tarifas decorrente da sobrecontratação.

35.9 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados às questões ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, a questões relacionadas aos empregados, a impactos na sociedade e à gestão de fornecedores.

Para mitigar o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Companhia, desde 2001 a Companhia possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos de seu parque operacional para que a legislação ambiental vigente seja cumprida e os padrões de qualidade ambiental mantidos. Além da certificação na ISO 14001, as usinas hidrelétricas da Companhia possuem certificação nas normas de segurança e saúde ocupacional da OHSAS 18001 e na ISO 9001 de qualidade, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

Quanto ao risco de acidentes com a força de trabalho e com a população, relacionado à operação e manutenção de redes de distribuição de energia e de unidades de geração, a Companhia continua investindo prioritariamente na promoção da saúde e na prevenção de acidentes por meio do “Programa Vida!” e com campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população.

No que se refere aos benefícios oferecidos pela empresa a seus empregados, além dos planos de previdência privada, administrados pela Braslight, o pacote de benefícios engloba, principalmente, assistência médica e odontológica extensivo aos dependentes, auxílio alimentação, auxílio alimentação natalino, auxílio-creche, auxílio doença, assistência social e psicológica, seguro de vida e bolsa de estudo do Colégio 1º de Maio.

Frente ao recrudescimento de problemas relacionados à violência na cidade do Rio de Janeiro, a Companhia é impedida de atuar em muitas comunidades, o que impacta diretamente a qualidade do fornecimento de energia. Para mitigar esse problema, as ações do Programa de Eficiência Energética foram intensificadas para os clientes moradores de comunidades, com o foco em recuperação de energia e fortalecimento da imagem da Companhia. Além das ações de eficiência energética e sustentabilidade, a Companhia forneceu orientações sobre o consumo consciente e a tarifa social, regularizações e melhorias na rede elétrica.

Para garantir que os fornecedores da Companhia estejam alinhados com as diretrizes relacionadas aos direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos na sociedade, inclusive ambientais, adotadas pela Companhia, são estabelecidos critérios de seleção e gestão de fornecedores, que contemplam o cumprimento do estabelecido no Acordo de Responsabilidade Social e no Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

35.10 Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento.

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	10.028.461	7.410.569
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	707.042	269.928
Dívida líquida (A)	9.321.419	7.140.641
Patrimônio líquido (B)	3.389.492	3.432.473
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	73%	68%

36. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Light possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguro Garantia Financeira - Comercialização de Energia e Judicial, Seguro Patrimonial - Compreensivo Empresarial (Imóveis Alugados), Seguro de Transporte Internacional - Importação, Seguro Viagem Corporativo e Seguro de Pessoas.

A composição dos principais seguros considerada pela Administração é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2018	10.08.2019	40.350	120
Responsabilidade civil e geral	31.10.2018	31.10.2019	20.000	967
Riscos operacionais ^(a)	31.10.2018	31.10.2019	7.627.022	3.900

^(a) Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R\$300.000 - Indenização

^(a) Valor total em risco de R\$7.627.022

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

37. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que os segmentos são: distribuição de energia, geração de energia, comercialização de energia e outros (inclusive a holding). As eliminações compreendem os saldos, transações entre os segmentos. A Companhia está segmentada de acordo com sua operação, que tem riscos e remunerações diferentes. A Companhia não possui nenhum cliente que corresponda a mais que 10% da receita ou contas a receber, bem como opera apenas no Brasil.

As informações por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão apresentadas a seguir:

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2018
Ativos:						
Ativo circulante	4.356.768	1.264.930	190.509	119.515	(296.352)	5.635.370
Outros ativos não circulantes	6.695.042	103.608	170.004	56.108	-	7.024.762
Investimento	29.734	111.188	-	3.329.773	(2.924.073)	546.622
Imobilizado	230.113	1.288.924	381	41.063	-	1.560.481
Intangível	3.090.826	3.405	654	1.583	-	3.096.468
TOTAL DOS ATIVOS	14.402.483	2.772.055	361.548	3.548.042	(3.220.425)	17.863.703
Passivos e patrimônio líquido:						
Passivo circulante	3.791.317	1.466.062	262.989	54.393	(296.352)	5.278.409
Passivo não circulante	8.165.036	1.029.698	-	1.068	-	9.195.802
Patrimônio líquido	2.446.130	276.295	98.559	3.492.581	(2.924.073)	3.389.492
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.402.483	2.772.055	361.548	3.548.042	(3.220.425)	17.863.703

	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 31.12.2017
Ativos:							
Ativo circulante	3.551.959	465.913	46.315	268.660	42.781	(237.656)	4.137.972
Outros ativos não circulantes	4.986.194	6.623	88.061	2.692	537	-	5.084.107
Investimento	23.312	161.147	-	-	3.430.563	(3.079.018)	536.004
Imobilizado	223.865	1.284.204	71.102	356	33.872	-	1.613.399
Intangível	3.566.716	4.597	1.530	609	115	-	3.573.567
TOTAL DOS ATIVOS	12.352.046	1.922.484	207.008	272.317	3.507.868	(3.316.674)	14.945.049
Passivos e patrimônio líquido:							
Passivo circulante	4.245.450	1.241.987	24.998	180.991	37.359	(237.656)	5.493.129
Passivo não circulante	5.549.616	440.155	29.676	-	-	-	6.019.447
Patrimônio líquido	2.556.980	240.342	152.334	91.326	3.470.509	(3.079.018)	3.432.473
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.352.046	1.922.484	207.008	272.317	3.507.868	(3.316.674)	14.945.049

Resultados por segmento:

2018	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2018
RECEITA LÍQUIDA	10.334.019	1.118.461	38.353	1.346.375	2.200	(868.861)	11.970.547
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(9.674.775)	(786.454)	(60.830)	(1.219.724)	(56.099)	874.904	(10.922.978)
Equivalência patrimonial	-	(112.103)	-	-	246.690	(219.994)	(85.407)
RESULTADO FINANCEIRO	(543.744)	(123.157)	4.160	14.124	220	(2.375)	(650.772)
Receita financeira	488.194	135.964	6.632	15.687	1.654	(4.857)	643.274
Despesa financeira	(1.031.938)	(259.121)	(2.472)	(1.563)	(1.434)	2.482	(1.294.046)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	115.500	96.747	(18.317)	140.775	193.011	(216.326)	311.390
Contribuição social	(10.285)	(16.505)	539	(12.695)	(35)	(110)	(39.091)
Imposto de renda	(28.506)	(44.241)	1.495	(34.921)	(57)	(287)	(106.517)
RESULTADO LÍQUIDO	76.709	36.001	(16.283)	93.159	192.919	(216.723)	165.782

2017	Distribuição	Geração	Serviços	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado 2017
RECEITA LÍQUIDA	9.801.523	927.824	54.076	1.351.958	1.068	(821.890)	11.314.559
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(8.869.977)	(658.137)	(30.547)	(1.185.641)	(18.194)	821.890	(9.940.606)
Equivalência patrimonial	-	(186.598)	-	-	127.372	(139.995)	(199.221)
RESULTADO FINANCEIRO	(783.800)	(97.030)	4.094	2.908	(939)	(1.487)	(876.254)
Receita financeira	79.530	24.791	8.466	3.832	306	(16.807)	100.118
Despesa financeira	(863.330)	(121.821)	(4.372)	(924)	(1.245)	15.320	(976.372)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	147.746	(13.941)	27.623	169.225	109.307	(141.482)	298.478
Contribuição social	(14.476)	(16.008)	(757)	(15.257)	(12)	-	(46.510)
Imposto de renda	(40.215)	(43.371)	(2.105)	(42.042)	(14)	-	(127.747)
RESULTADO LÍQUIDO	93.055	(73.320)	24.761	111.926	109.281	(141.482)	124.221

38. CONTRATOS DE LONGO PRAZO
38.1 Contratos de venda de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia convencional contratada Total (MW médio) ^(a)	Energia incentivada contratada Total (MW médio) ^(a)
2019	448,90	17,90
2020	449,64	17,90
2021	449,64	17,90
2022	449,64	8,00
2023	449,64	8,00
2024	449,64	8,00
2025	449,64	8,00
2026	449,64	8,00

^(a) Não examinado pelos auditores independentes

38.2 Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía compromissos de compra de energia, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Mw médio Contrato bilateral ^(a)	Mw médio Itaipu ^(a)	Mw médio PROINFA ^(a)	Mw médio Leilões de Energia ^(a)	Mw médio Total Contratos ^(a)
2019	725	527	57	2.020	3.329
2020	725	526	57	2.002	3.310
2021	725	526	57	2.063	3.370
2022	725	526	57	2.122	3.430
2023	725	525	57	2.191	3.498
2024	725	525	57	2.191	3.498
2025	-	525	57	2.191	2.773
2026	-	525	57	2.191	2.773
2027	-	525	57	2.191	2.773
2028	-	525	57	2.191	2.773
2029	-	525	57	2.191	2.773

^(a) Não examinado pelos auditores independentes

39. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2018	2017
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	32.129	40.204
Receita de construção (DVA)	720.874	647.996

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

40.1 Rolagem do empréstimo junto ao Citibank

Em 01 de fevereiro de 2019, foi realizada a rolagem da dívida referente a operação via Resolução 4131 entre a controlada Light SESA e o Citibank no valor de R\$657.342. A operação tem um ano de carência de principal, amortização semestral, pagamento de juros trimestrais e vencimento em agosto de 2022. Foi contratado uma operação de swap para proteção integral do principal, juros e imposto ao custo de CDI + 2,20%a.a.

40.2 Captação de recurso capex 2017-2018

Em 26 de fevereiro de 2019, a controlada Light SESA recebeu a primeira liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com ao BNDES no valor de R\$200.000. A operação tem o custo de TLP + 3,16% a.a., com vigência de sete anos e amortizações mensais.

40.3 Reajuste tarifário e revisão tarifária extraordinária

Em 12 de março de 2019, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da controlada Light SESA. O resultado homologado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 11,12%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 6,07%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) financeiro, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, e retirado da bolha financeira do processo anterior, que somam 5,06%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2019.

Em reunião pública realizada em 26 de março de 2019, a ANEEL aprovou uma revisão tarifária extraordinária para a controlada Light SESA, considerando unicamente a incorporação de item financeiro negativo para refletir a quitação antecipada da amortização das operações de crédito contratadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, nos termos da Resolução Normativa nº 612 de 2014. O efeito médio para os consumidores será de -2,30%, entrando em vigor a partir de 1º de abril de 2019.

40.4 Renova Energia

40.4.1 Aprovação e celebração de contrato para aquisição de participação na controlada em conjunto Renova Energia e posterior realização de oferta pública de ações ("OPA")

Em 21 de março de 2019, foi aprovado e celebrado o contrato de compra e venda de ações referente à aquisição, pela controlada Light Energia e a Cemig Geração e Transmissão S.A ("Cemig GT"), de até 7.282.036 ações de emissão da Renova, todas de titularidade de CG I Fundo de Investimento em Participações ("CG I") e de certas pessoas a ele relacionadas.

O contrato prevê que a aquisição de ações será na proporção de 32,15% pela controlada Light Energia e 67,85% pela Cemig GT e, como contrapartida, a CG I receberá títulos de dívida de titularidade da controlada Light Energia e da Cemig GT ao valor nominal de R\$14,68 por cada ação de emissão da controlada em conjunto Renova Energia. Após o fechamento da operação, a controlada Light Energia será titular de aproximadamente 50% ou mais de ações ordinárias de emissão da Renova, com controle em conjunto com a Cemig GT. Conforme acordo de acionistas, o BNDES tem direito de exercício de venda em conjunto (*tag along*).

O fechamento da aquisição de ações estará sujeito ao cumprimento de condições precedentes costumeiras para esse tipo de operação.

Concomitante à operação, o Conselho de Administração da controlada Light Energia também aprovou, condicionado ao fechamento da aquisição das ações, a realização pela controlada Light Energia e por Cemig GT de oferta pública de aquisição das ações em circulação de emissão da Renova, em data a ser oportunamente anunciada.

40.4.2 Reperfilamento do passivo existente da controlada em conjunto Renova Energia com partes relacionadas

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da controlada Light Energia também orientou o voto favorável de seus representantes no Conselho de Administração da controlada em conjunto Renova Energia no sentido de aprovar o alongamento e reestruturação do crédito decorrente do contrato de compra e venda de energia elétrica ("CCVE") detido pela controlada Lightcom no valor de R\$253 milhões, o qual será posteriormente e parcialmente cedido à controlada Light Energia, e pela Cemig GT no valor de R\$768 milhões contra a controlada em conjunto Renova. Tais instrumentos estão sujeitos à celebração dos documentos correspondentes definitivos em conformidade com regulamentação e legislação aplicáveis, bem como verificação de condições precedentes e anuências necessárias.

As dívidas estarão divididas em dois grupos:

- i. Títulos de dívidas de emissão da controlada em conjunto Renova Energia, no valor de aproximadamente R\$298.000, data base março de 2019, com prazo de 6 anos, 1 ano de carência e juros de 155% de CDI, com garantia real e garantia fidejussória, a serem utilizados para a aquisição das ações da CGI, bem como BNDESPAR e demais acionistas, se for o caso.
- ii. Títulos de dívidas de emissão da Renova, no valor de aproximadamente R\$723.000, data base março de 2019, com prazo de 6 anos para pagamento bullet e juros de 155% de CDI, com garantia real.

40.4.3 Venda do complexo eólico Alto Sertão III

Em 21 de março de 2019, o Conselho de Administração da controlada em conjunto Renova Energia, aceitou a nova proposta vinculante, apresentada pela AES TIETÊ ENERGIA S.A., para a aquisição das ações representativas da totalidade do capital social das sociedades de propósito específico que compõem o complexo eólico Alto Sertão III.

A operação ainda está sujeita à negociação satisfatória dos documentos definitivos entre as partes envolvidas, que deverão contemplar, dentre outras disposições, o cumprimento de condições precedentes e a obtenção das aprovações necessárias para a sua conclusão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
EFETIVOS	SUPLENTE
Nelson José Hubner Moreira	Andrea Belo Lisboa Dias
Marcello Lignani Siqueira	Roberto Miranda Pimentel Fully
Yuri Fonseca Choucair Ramos	VAGO
Mauro Borges Lemos	Sérgio Gomes Malta
Luis Fernando Paroli Santos	Brunno do Carmo Silva
Marcelo Rocha	Aline Bracks Ferreira
Silvio Artur Meira Starling	Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
João Pinheiro Nogueira Batista	VAGO
Ricardo Reisen de Pinho	Marcos Bastos Rocha
Raphael Manhães Martins	Bernardo Zito Porto
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

CONSELHO FISCAL	
EFETIVOS	SUPLENTE
Edson Machado Monteiro	Leonardo Tadeu Dallariva Rocha
Paulo Roberto Ricci	Julio Cezar Alves de Oliveira
Domenica Eisentein Noronha	Maurício Rocha Alves de Carvalho

DIRETORIA EXECUTIVA

Luís Fernando Paroli Santos
Diretor Presidente e Diretor de Desenvolvimento de Negócios e RI (Interino)

Roberto Caixeta Barroso
Diretor de Finanças

Fábio Amorim da Rocha
Diretor Gente e Gestão Empresarial

Marco Antonio Vilela de Oliveira
Diretor Comercial

Luís Fernando de Almeida Guimarães
Diretor de Energia

Dalmer Alves de Souza
Diretor de Engenharia

Fernando Antônio Fagundes Reis
Diretor Jurídico

Ronald Cavalcante de Freitas
Diretor de Comunicação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Righi Reis
Superintendente de Controladoria
CPF 044.566.946-29

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CPF 094.894.347-52
CRC-RJ 103826/O-9